

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIO KAIUT NUNES

**“PODER CONSTITUINTE E PACTO SOCIAL:
MOVIMENTOS PROLETÁRIOS?”**

CURITIBA, PR

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE BACHAREL EM DIREITO**

FABIO KAIUT NUNES

**“PODER CONSTITUINTE E PACTO SOCIAL:
MOVIMENTOS PROLETÁRIOS?”**

Monografia resultante de atividade complementar extracurricular, sob orientação do Prof. Dr. Wilson Ramos Filho, apresentada ao Núcleo de Pesquisas Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA, PR

2003

TERMO DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA
APRESENTADA COMO ATIVIDADE EXTRACURRICULAR
À OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM DIREITO JUNTO À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Orientador:



Wilson Ramos Filho

Componente da Banca:



Célio Horst Waldruff

Componente da Banca:



Aldacy Rachid Coutinho

Aluno:

Fabio Kaiut Nunes

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

*À Maryane,
Fonte de toda inspiração,
por me apoiar
no momento decisivo e
propiciar o estímulo
necessário.*

*Ao Xixo,
Pela amizade, confiança,
apreciação e orientação
indispensáveis.*

RESUMO

No paradigma da Modernidade, a opressão de uma classe dominante sobre uma classe dominada provoca nesta o desejo de libertação e tomada do poder, e naquela a preocupação em conservar o poder de que já dispõe. Essas atitudes se materializam em movimentos políticos, em especial o Poder Constituinte e o Pacto Social, sendo o primeiro manifestação da multidão de subversão da ordem constituída e o segundo instrumento de conservação do poder pela classe dominante.

Contra o Poder Constituído e a classe dominante, dada a opressão encetada por esses grupos sociais, surge a alternativa de um novo Poder Constituinte, que se configure como auto-regulação pela multidão e instalação de um novo estado de coisas, verdadeiramente democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política, Direito do Trabalho, Estado, Poder Constituinte, Pacto Social, multidão, classe dominante, Poder Constituído, instituições.

SUMÁRIO

Introdução	01
1. O Estado como fonte de poder	07
2. Uma nova proposta de Poder Constituinte	17
3. O Pacto Social	34
4. Paralelos entre Poder Constituinte e Pacto Social	50
5. A atual contextualização da multidão	57
Conclusão	65
Bibliografia	67

INTRODUÇÃO

Esta monografia é fruto de uma percepção a respeito dos atuais paradigmas liberal e social-democrata¹, no espectro de relações sociais e políticas, especialmente quanto à existência de uma elite opressora e de uma multidão oprimida.² Em um nível maior de aproximação, foca-se nos instrumentos de definição de poder entre esses dois grupos e na proposição de um modo libertário de estabelecimento político da multidão.³

O estudo em questão parte da premissa de que existem classes sociais – as quais se encontram em conflito, que é gerado pela tensão entre opressão e desejo de libertação – e um Estado estabelecido, para o qual convergem todas as formas de poder.⁴ Por conta da atuação do Estado surgem movimentos em torno do poder – como obtê-lo ou como nele se manter – e um *status quo* decorrente da atividade do poder constituído. Esse “Poder Constituído” será expresso em maiúsculas, doravante, como expressão da soma entre a classe dominante e o Estado,

¹ WALLERSTEIN, Immanuel. “APÓS O LIBERALISMO: Em Busca da Reconstrução do Mundo”, trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 137ss.

² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “O MANIFESTO COMUNISTA”, trad. Maria Lucia Como. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. pp. 9ss. HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. IMPÉRIO. Trad. Berilo Vargas, 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. pp. 174-177.

³ Karl MARX: “*É importante que lhes apaguem de sua bandeira esta divisa conservadora: ‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa’, e inscrevam a palavra de ordem revolucionária: ‘Abolição do trabalho assalariado!’*” (grifo nosso). In A QUESTÃO DO PARTIDO – MARX, ENGELS, LENIN, TROTSKI. Editores: Francisco Foot, José Castilho Marques Neto, Magali Gomes Nogueira, Moisés Limonad e Victor Leonardi. Trad. Elisa Helena de Vidal Chaves e Vivien Lando. São Paulo: Kairós, 1978. p. 20.

⁴ ENGELS, Friedrich. Artigo Publicado no “Labour Standard” em 04 de abril de 1881. In A QUESTÃO DO PARTIDO..., p. 18.

que se apresenta como defensor daquela.⁵ É relevante observar, entretanto, que a expressão “Poder Constituído”, nesse estudo, tem uma dupla acepção: i) primeiramente, significa a expressão do Estado como instituição social;⁶ ii) por outro lado, também representa um grupo social, qual seja a resultante das forças estatais que defendem, protegem e falam em nome da classe dominante.

Ao pensamento legitimador e justificador da opressão,⁷ caracterizado principalmente pelo uso de subterfúgios sociológicos e explicações racionalizantes da existência da miséria, da exclusão social e da “subcidadania”, defensor da desigualdade de renda e da propriedade para poucos, este trabalho chama de “lógica da opressão”, ou por adjetivo semelhante.⁸ Esta lógica, formadora do mecanismo superestrutural⁹ ideológico¹⁰ opressivo, é combatida pelos movimentos sociais libertários, organizados primariamente pelo proletariado.

O proletariado, no entanto, já não se limita aos estratos operários resultantes da Revolução Industrial e aos quais MARX dedicou sua pregação.¹¹ Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a incorporação dos valores burgueses a todas as camadas sociais,¹² o proletariado se exprime em variados e multiformes sistemas muito mais amplos que o chão da fábrica. Assim é que podem ser definidos como “proletários” tanto os engenheiros como os operários; os cientistas e os seus auxiliares; os médicos e seus pacientes; os pensadores e seus

⁵ BAKUNIN, in DALLARI, Dalmo de Abreu. ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1976. p. 34.

⁶ DALLARI, pp. 101-104.

⁷ HARDT & NEGRI, *op. cit.*, pp. 228-230.

⁸ Por exemplo, “ditadura da opinião”, “pensamento único”, dentre outras expressões.

⁹ HARDT & NEGRI, *op. cit.*, p. 46.

¹⁰ Conforme as formulações de GRAMSCI, a respeito de hegemonia e controle.

¹¹ MARX & ENGELS, *op. cit.*, p. 63.

¹² *Id.*, p. 48. Também NEGRI, Toni. “DEL RETORNO: Abecedário Político”, trad. espanhol Inés Bertolo. Buenos Aires: Debate, 2003. p. 108.

alunos; e assim por diante. Dessa forma, o proletariado não se resume aos trabalhadores explorados em sua capacidade de trabalho nas fábricas e empreendimentos burgueses; agora ele é composto de todas as pessoas submetidas a algum grau de alienação pela força do capital.¹³ Assim, já não mais se pode usar com precisão o termo “proletariado” como conceito; o termo que melhor exprime o conjunto dos estratos sociais explorados passa a ser “multidão”.

A multidão, no contexto atual, atua através daqueles movimentos acima citados, os quais ocorrem em função de um “eixo de equilíbrio social”, em que os grupos sociais se aglutinam e ao longo do qual se deslocam. Tais grupos, em resumo do acima exposto – e para iniciar a categorização utilizada doravante –, são: i) a multidão; ii) a representação popular; iii) o Poder Constituído; e iv) a classe dominante.

Estes quatro grupos – classe dominante, Poder Constituído, representação popular e multidão – apresentam volumes próprios de poder, reflexos de suas respectivas condutas, que englobam sua atuação política, a repressão que submetem ou a que são submetidos, a potência que lhes é reprimida,¹⁴ sua coesão interna, entre os principais fatores determinantes.

Os grupos encontram-se representados, figurativamente, em um eixo de equilíbrio, o qual é formado, em um pólo, pela classe dominante e por sua representação, a qual, controlando o Poder Constituído e o Estado, a eles se iguala e se confunde. No outro pólo está a multidão e sua representação, esta por sua vez constituída pelos partidos

¹³ MARX & ENGELS, *op. cit.*, p. 21; HARDT & NEGRI, *op. cit.*, p. 277.

¹⁴ NEGRI, Antonio. O PODER CONSTITUINTE: Ensaio Sobre as Alternativas da Modernidade. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 26.

políticos de cunho libertário, as organizações sindicais e os movimentos sociais.

O eixo de equilíbrio social tem seu ponto de apoio no centro, mostrando-se como “balança” entre os volumes de poder demonstrados pelos grupos sociais.¹⁵ Desta forma, a estrutura em que se faz esta análise é social e o seu funcionamento é político.¹⁶

Em função da atividade dos grupos sociais, especificamente da origem e do sentido dos movimentos por ela gerados, analisa-se dois desses movimentos: o Poder Constituinte e o Pacto Social.

Convém discriminar que Poder Constituinte pode ser usado em duas acepções: i) substancial, como poder propriamente dito, ou seja, como elemento formador da regulação social;¹⁷ e ii) funcional, como movimento gerador dessa regulação social. Muito embora haja uma leve abordagem sobre a primeira acepção, é sobre a segunda que a presente monografia se debruça.

O Pacto Social,¹⁸ muito embora seja também uma categoria funcional, de forma paradoxal é estudado predominantemente em sentido estrutural, quanto aos seus elementos de formação e característi-

¹⁵ VOLKMER, Antonio Carlos. “PLURALISMO JURÍDICO: Fundamentos de uma Nova Cultura no Direito”. São Paulo: Alfa e Ômega, 1997. pp. 155-168.

¹⁶ Sobre uma análise libertária, SANTOS, Boaventura de Sousa. “PARA UM NOVO SENSO COMUM: A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática”. “Volume I: A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência”. São Paulo: Cortez, 2000. p. 37.

¹⁷ DURKHEIM, Emile. “DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL”, Livro I – A Função da Divisão do Trabalho, Capítulo I – Método para Determinar esta Função, seção II. p. 37.

¹⁸ De grande ajuda, neste estudo, foi a pesquisa e consequente dissertação (defendida em 08 de agosto de 2003), produzida para obtenção do grau de mestre, encetada pela Sra. Maria Ângela Marques DEL CLARO, mestranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná, a qual abordou muito coerentemente o tema da concertação social, em seus vários aspectos, inclusive para a produção do Pacto Social.

cas, uma vez que o seu aspecto funcional é reduzido se comparado a todas as suas nuances estruturais.

Em relação a ambos os movimentos, o papel do Estado desde logo não é tomado como neutro – ele se afigura como “anteparo” à classe dominante contra o conflito gerado pela opressão.¹⁹ Quanto ao Poder Constituinte, o Estado é alvo e presa do ímpeto da multidão, enquanto defensor do *status quo* e legitimador da opressão. No que diz respeito ao Pacto Social, apesar da opção doutrinária predominante nos dias atuais defender o “tripartismo” inclusivo do Estado²⁰, nesta monografia o Estado é rejeitado, em função de sua ilegitimidade para negociar em nome de qualquer dos grupos sociais, bem como pela inviabilidade de um posicionamento neutro que não carregue consigo qualquer viés político ou pacificador do antagonismo de classes.²¹

Finalmente, o papel da multidão é observado e analisado em função desses dois movimentos e assim também dentro dos atuais paradigmas de representação política, quais sejam os provindos das perspectivas liberal e social-democrata.

Convém ressaltar que a mola propulsora do presente estudo é a obra “O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade”, de Antonio NEGRI. Esta obra, muito embora publicada no Brasil posteriormente ao “Império” (escrito a quatro mãos com Michael HARDT), que foi publicado originalmente em 2000, é anterior a ele (foi

¹⁹ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 37. NEGRI aponta essa conclusão, sob a forma de contraposição entre Soberania e Poder Constituinte, a respeito das análises de Carl SCHMITT e HABERMAS sobre as formulações de Hannah ARENDT quanto ao Poder Constituinte.

²⁰ *Vide* notas 134 a 140, *infra*.

²¹ O exemplo maior que se considera nesse estudo é a própria existência e ontologia do Direito do Trabalho Brasileiro, de fonte basicamente estatal e corporativa, cuja finalidade ínsita é a pacificação social, o arrefecimento das forças antagônicas e a conciliação entre opostos.

PODER CONSTITUINTE E PACTO SOCIAL: MOVIMENTOS PROLETÁRIOS?

escrita em 1992) e contém as categorizações fundamentais do autor para a proposição de um novo modelo de democracia e participação popular, a partir de conceitos de MAQUIAVEL e SPINOZA, inclusive relendo MARX.

Fundamentalmente, NEGRI aborda a conceituação de “biopoder”²² proposta por Michel FOUCAULT²³ como forma de regulação. Melhor dizendo, o biopoder consiste em uma auto-regulação social exercida em função de um pluralismo conceitual. As considerações negrianas partem do pressuposto de que a auto-regulação interna iniciada e exercida pela multidão, característica do biopoder, deve suceder a regulação externa exercida atualmente pelo Estado.

É sobre o biopoder, que redefine o poder do povo, pelo povo e para o povo – agora em sentido mais amplo, a “multidão” –, e o seu exercício, que este autor se lança, como máxima definidora e fundamental de uma verdadeira democracia.

²² HARDT & NEGRI, IMPÉRIO, *op. cit.*, pp. 42-46.

²³ Basicamente em “A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE” (FOUCAULT, Michel. “THE HISTORY OF SEXUALITY”, trad. inglesa Robert Hurley. New York: Vintage, 1978. *Apud* HARDT & NEGRI, IMPÉRIO, *op. cit.*, p. 443), embora o conceito perpassasse toda sua obra.

1. O ESTADO COMO FONTE DE PODER

*Histórico – Formação – Soberania –
Poder Constituinte – Poder Constituído –
Relação entre Poder Constituinte e Poder Constituído*

O Estado, como o concebemos hodiernamente, é uma figura típica da modernidade.²⁴ Muito embora houvesse na Antiguidade fontes monolíticas de poder, tais como os Impérios do Crescente Fértil²⁵, as Cidades-Estados gregas²⁶ e Roma²⁷, todas estas expressões de poder estavam concentradas e personificadas no imperador ou no déspota. Em nenhuma destas civilizações houve o que podemos chamar atualmente de “Estado”, com os seus elementos característicos, quais sejam a soberania, o território e a população,^{28 29} somados ao movimento político constituinte, o exercício da jurisdição e da legislação e o monopólio da violência legitimada.

Os Impérios do Oriente Médio não se estabeleceram de forma duradoura e eram dispostos basicamente pela tomada do poder à

²⁴ DALLARI, *op. cit.*, p. 45.

²⁵ *Id.*, p. 55.

²⁶ *Id.*, p. 56.

²⁷ *Id.*, p. 57.

²⁸ O termo “população”, à primeira vista, pode parecer discutível, encaminhando-se a doutrina mais popularizada para o termo “povo”. Por outro lado, e este é o entendimento ora adotado, uma “população” diz respeito ao número – considerado abstratamente – de pessoas em um determinado Estado e pode abranger pessoas de dois ou mais povos, mesmo que ambos hermeticamente refratários um ao outro. Por exemplo, o povo palestino e o povo judaico formam a população de Israel. Mesmo assim, o Estado de Israel é soberano em relação a ambos – no caso, para fins de estudo, desprezando a existência de conflito entre eles a respeito da questão.

²⁹ DALLARI (p. 64) entende que a finalidade se some aos outros três elementos; neste estudo, entretanto, entendemos que a finalidade seja decorrência da formação do Estado e verificável apenas após aqueles elementos existirem. Assim sendo, mais ligada ao conceito de “Governo” que de “Estado” propriamente; a soberania, pressuposto intrínseco da existência e do poder estatal, prescinde de uma atribuição de finalidade.

PODER CONSTITUINTE E PACTO SOCIAL: MOVIMENTOS PROLETÁRIOS?

força. Da mesma forma, suas fronteiras territoriais não eram delimitadas e valia a “lei do lugar” – ou seja, não havia a definição de uma legislação universal e unificadora. Em conclusão, um império sobrepunha-se ao outro apenas pela invasão da capital e a tomada do poder central – espécie de “sucessão” e não de movimento constituinte.³⁰

As Cidades-Estado gregas, conquanto tivessem relativa – e limitada – soberania, e bem assim território e população, não as poderíamos considerar como verdadeiros “Estados”, na atual concepção, dado que os seus Movimentos Constituintes eram incipientes e efêmeros. Neste sentido, é razoável dizer que apenas Atenas experimentou algo semelhante a um Movimento Constituinte, tendo em mente que as demais forças da Hélade – Corinto, Esparta e Tebas – eram vítimas da tomada do poder à força.³¹

Atenas, em seu Século de Ouro (séc. V a.C.), principalmente sob a direção de Péricles, teve uma experiência política mais próxima da concepção atual de Estado. Entretanto, seu território era por demais limitado para que se lhe pudesse atribuir um grau de soberania significativo. Por fim, após uma momentânea supremacia regional, viu-se novamente presa da tomada do poder pela força, iniciando um ciclo do qual não conseguiria mais se desvencilhar.³²

Roma, durante o Reinado, não passava de um protótipo de feudo. Muito embora a jurisdição já iniciasse sua formação, era vítima do caráter personalista do rei e dos pretores.³³ Ainda, seu território era

³⁰ Vide nota 25.

³¹ Vide nota 26.

³² LIMA, Oliveira. “HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO”, 11. ed. revista. São Paulo: Melhoramentos. pp. 70-72.

³³ Vide nota 27.

minúsculo e presa de freqüentes invasões – vide a origem das Guerras Cartaginesas.

Com a República, pode se dizer que Roma alcançou um grau de desenvolvimento institucional razoável, mas ainda se via em meio ao exercício de uma oligarquia hereditária – o governo dos patrícios – que se arrogava a legislação e a jurisdição.³⁴ Um vislumbre de poder constituinte aparece na Revolta dos Plebeus, mas esta foi por demais incipiente para que pudesse ser conceituada como algo além de uma “ampliação da oligarquia”.

O Império Romano, ainda que pudesse ser analisado como uma consolidação da legislação e da jurisdição, carecia ainda de uma formação institucional autônoma. Em sua estrutura, as instituições se enraizavam na sociedade por conta do decurso de tempo e não por uma atribuição fática de poder. Outras observações que podem ser feitas são, primeiramente, a extrema imprecisão e porosidade das fronteiras territoriais romanas, mesmo com a estratégia de colonização por meio de conquistas;³⁵ ainda, a personificação do poder no Imperador e não nas instituições. Assim, a figura do “César” impunha-se a todos, mas não a do Império, por si mesmo e independentemente do “César”.³⁶

Apenas a partir de MAQUIAVEL – e, portanto, superada toda a Idade Média, na qual o poder feudal remetia a uma organização pré Império Romano, pouco superior à noção sociológica de “clã”³⁷ – a noção de Estado, como conhecida hodiernamente, adquiriu contornos mais nítidos. MAQUIAVEL, ao discorrer sobre as repúblicas e princi-

³⁴ ALVES, José Carlos Moreira. “DIREITO ROMANO”, vol. I. 11. ed. revista e acrescida. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 13.

³⁵ *Id.*, p. 20.

³⁶ *Id.*, pp. 30-31.

³⁷ DALLARI, *op. cit.*, pp. 61-62.

pados do norte da Itália, e bem assim sobre a história italiana em geral, traçou linhas orientadoras para a manutenção do Estado, sua soberania, conservação do território, controle legislativo e jurisdicional sobre a população, entre outras noções.³⁸

Posteriormente, Thomas HOBBS analisou a formação do poder estatal, como figura autônoma e desvinculada do “líder”. Ele formulou a teoria chamada “contratualismo”,³⁹ segundo a qual o Poder Estatal se forma por um “contrato social” entre as elites – personificadas no “líder” – e a multidão, contrato este pelo qual a multidão dá suporte ao “líder” e este a protege, criando meios de fortalecer o Estado e, portanto, também a multidão que o suporta.⁴⁰ O Poder do Estado, então, é soberano. Entretanto, a noção de HOBBS demonstra-se equivocada na origem desta soberania. Assume que a soberania – incontestabilidade do poder – se dá porque a multidão, ao “contratar socialmente”, contrata não se opor a tal Poder. Esta noção, assim, abandona a possibilidade de que o interesse da multidão não seja exatamente aquele do “líder” personificador do Estado e das elites.⁴¹

Pelo contrário, e paradoxalmente, esta soberania hobbesiana demonstra-se mais pela exclusividade do uso da violência legitimada do que por uma “cláusula do contrato social”.⁴² Desta maneira, é a possibilidade de o Estado impor a violência que faz com que não haja oposição à soberania – quem quer que a negue ou a ela se oponha estaria cometendo “crime de lesa-pátria”.

³⁸ *Id.*, pp. 2-3.

³⁹ *Id.*, p. 10.

⁴⁰ *Id.*, p. 11.

⁴¹ MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. “O PRÍNCIPE”. Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: LP&M, 1999. pp. 106-118.

⁴² WEBER, Max. “CIÊNCIA E POLÍTICA: Duas Vocações”, trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 60.

De outro lado, a repressão contra a contestação externa à soberania do Estado (por outro Estado) se dá mais pelo uso da violência legitimada (a guerra) do que pelo clamor a uma virtual existência de “contrato mútuo de apoio e reconhecimento”. Mesmo tratados entre Estados – as maiores “provas” de reconhecimento da soberania alheia – são abandonados em favor do uso da guerra, quando de ameaça ou contestação externa à soberania do Estado.

Em contraponto a HOBBS, John LOCKE formulou o que se convencionou chamar de “constitucionalismo”.⁴³ Segundo LOCKE, a soberania de um Estado será fruto do apoio que a multidão lhe der, como HOBBS expôs, mas com um fundamento diverso. Esse apoio se dará em virtude da defesa que o Estado der aos direitos naturais da multidão, incluído nestes o direito à propriedade. Em assim procedendo, o Estado criará uma “disposição popular” em reconhecê-lo como instituição que representa e protege a multidão.⁴⁴

A defesa dos direitos naturais, conforme LOCKE, não se dará por impulso ou bondade do “líder”; deve, outrossim, derivar de um instrumento constituinte – “Constituição” – que disponha sobre tal proteção e institua um sistema legislativo e judiciário que a garanta.⁴⁵ Para tal fim, chega-se ao ponto de considerar que se for necessária a limitação ao poder do “líder”, e mesmo a limitação em sua atuação, em prol do interesse da multidão e da soberania estatal, que assim se faça.

Uma vez presentes: i) a defesa dos direitos da multidão; ii) uma formação legislativa e judiciária eficaz; iii) a conjugação do ins-

⁴³ LOCKE, John. “SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO”, trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002. pp. 76-105. Também NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 20.

⁴⁴ DALLARI, *op. cit.*, p. 93.

⁴⁵ LOCKE, *op. cit.*, pp. 106-115.

trumento constituinte com a limitação do “líder”; a sociedade tenderá ao arrefecimento de suas tensões e a multidão passará a desejar a preservação de sua rotina social.⁴⁶ Estarão – ainda que embrionariamente – formadas as instituições e aberto o caminho para a sua consolidação no tempo e espaço: a institucionalização das relações sociais.

Portanto, a formação ou transformação do Estado, o estabelecimento de sua soberania, a sua auto-regulação, sua relação “formação das instituições – controle da multidão”, todos esses fenômenos são determinados na universalidade conceitual que se chamou “Poder Constituinte”.

O Poder Constituinte é manifestação do desejo social de criar ou estabelecer novos paradigmas para si. Pode a ele ser atribuída a categoria de “norma fundamental” criada por KELSEN.⁴⁷ O Poder Constituinte é a força originada na multidão, ou em parte relevante dela, que atua no sentido de estabelecer formas de auto-regulação e consecução do interesse social que o originou.⁴⁸

Em derivação do Poder Constituinte, ou melhor, por força de seu uso, surgem e consolidam-se instituições com maior força determinante, gerenciadoras do Estado, tais como a Administração Pública, o exercício do poder de polícia, as figuras de representação da multidão, entre outras. Esta universalidade de direito – instituições estatais – é denominada “Poder Constituído” e diz respeito ao *status quo* sócio-político, qual seja a maneira de governar e fazer governar, o uso do Es-

⁴⁶ BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE”, 21. ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 77-78.

⁴⁷ Muito embora KELSEN não a usasse no sentido de “Poder Constituinte”, como se verá mais à frente. Nesse sentido teorizou BOBBIO, que considera ser a “*grundnorm*” o Poder Constituinte Originário, in BOBBIO, Norberto. “TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO”, 6. ed. Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UnB, 1995. pp. 41-44.

⁴⁸ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 25.

tado em favor de ideologias e como resultado delas, bem como a proteção das elites governantes.

A relação entre Poder Constituinte e Poder Constituído, que ora se analisa, é imprecisa, controversa e fenomenológica, em seus limites e dinâmica. Imprecisa, porque seus limites, bem como a origem de uma categoria em função da outra, são indeterminados. Controversa, porque tanto a existência como a (possível) interpenetração dessas categorias é debatida sem conclusões ou conceitos finais. Fenomenológica, porque tais categorias, em sua correlação, se demonstram por eventos sociais concretos.

Tendo esta relação “Poder Constituinte – Poder Constituído” em mente, afirmamos que o Poder Constituinte surge como movimento de levante de um Sujeito Constituinte⁴⁹ (repetimos, a multidão ou parte relevante dela que em seu nome atue) e estabelecimento de uma nova ordem estatal, em desfavor do Poder Constituído. A força do Sujeito Constituinte é tamanha que sobrepuja e derruba o *status quo ante*, determinando um novo estado de coisas, um novo Estado (se não em sua personalidade, pelo menos em seu *modus operandi*). Entretanto, para a sua manifestação e materialização é necessário um descontentamento do Sujeito Constituinte com o Poder Constituído anterior, o que leva a uma análise desta categoria.

O Poder Constituído aprimora-se e cristaliza-se com a manutenção temporal de um estado de coisas e exercício do poder por um único e determinado grupo social, de forma que as suas instituições consolidam-se e adentram o inconsciente coletivo de toda a sociedade.⁵⁰

⁴⁹ *Id.*, pp. 45-56.

⁵⁰ BERGER & LUCKMANN, *op. cit.*, pp. 78-95.

Estas instituições, a partir de então, conquanto tenham um revezamento dos seus representantes no exercício do poder (ressalte-se, escolhidos dentre aquele grupo social dominante), passam a visar primordialmente a sua reprodução e acréscimo de poder.⁵¹

Ainda que a origem de alguma das instituições do Poder Constituído relacione-se à satisfação do interesse público,⁵² mais além do interesse do grupo social dominante, tal origem normalmente se perde ao longo da sua trajetória temporal.

Nesse sentido, o Poder Constituído, em seu poder de legislar, o faz tendo em mente a sua própria manutenção (ainda que reciclagens ocasionais se mostrem necessárias) e reprodução. Lembremos que o Poder Constituído, *ab initio*, foi gerado por um Poder Constituinte, que se configurou como “norma fundamental” orientadora da ação legislativa do Estado. Assim, a ação legislativa deve pautar-se por aquela orientação.⁵³

Entretanto, quando a orientação constituinte existente já não é aceitável ou condizente com a manutenção do Poder Constituído, principalmente no caso de reciclagem das instituições, faz-se necessária uma reforma dessas noções primordiais.⁵⁴ Ou seja, o Poder Constituído

⁵¹ MARX & ENGELS, MANIFESTO..., *op. cit.*, p. 19. Pertinentes são as formulações de ALTHUSSER sobre a reprodução social, especialmente em ALTHUSSER, Louis. “APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO”, 6. ed. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

⁵² A este respeito a excelente monografia defendida em 07 de outubro de 2003, ainda não publicada, de BREUS, Thiago Lima. “INTERESSE PÚBLICO: Horizontes e Perspectivas à Luz da Dignidade da Pessoa Humana”. Orientadora: Angela Cássia Costaldello. Curitiba: UFPR, 2003.

⁵³ LOCKE, *op. cit.*, pp. 98-105.

⁵⁴ Sobre a natureza jurídica da emenda constitucional, Carl SCHMITT entende que se trata de mera modificação normativa (*In* FERREIRA, Pinto. “PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CONSTITUCIONAL MODERNO”, 5. ed. São Paulo: RT, 1971. p. 161.); J.J. Gomes CANOTILHO, citado por SCHIER, considera o corpo constitucional um sistema aberto que continuamente se renova e se integra à “Constituição Real”. SCHIER, Paulo Ricardo. “FIL-

atuará de forma a alterar o Poder Constituinte que o originou, contradizendo-o. O grande debate ocorre exatamente sobre a natureza dessa atuação reformista e do estabelecimento de novas normas constituintes, em desfavor das normas constituintes anteriores. Tradicionalmente, três correntes doutrinárias têm procurado explicar a relação entre Poder Constituinte e Poder Constituído.⁵⁵

Segundo uma visão **imanente**, o Poder Constituinte está imerso, subjacente e atuante no Poder Constituído. Ou seja, o Poder Constituinte se demonstra por uma “... *dinâmica constitucional*”⁵⁶ formalista, uma produção de normas “constitucionais” de caráter superior às normas “ordinárias”. Assim, o Poder Constituinte se vê apenas como um “*poder de formação*”⁵⁷ sem originalidade social, meramente produtor de normas. Desvincula-se da realidade social e da multidão, materializando-se apenas como instrumento estatal de absorção de conflitos, instrumento demonstrador de soberania.

Uma segunda corrente pode ser chamada de **imanente-transcendente**, ou **co-extensiva**, segundo a qual o Poder Constituinte se forma, “materialmente”, no seio social, e através de “*compromissos institucionais contínuos*”⁵⁸ se transplanta para o ordenamento jurídico, “formalizando-se” e adquirindo relevância legal. Esta visão, entretanto, não explica o modo de catalisação do interesse social, para a produção de tais “compromissos”, nem o sujeito responsável por essa catalisação. Assim sendo, defender um Poder Constituinte em tal acepção implicaria

TRAGEM CONSTITUCIONAL: Construindo uma Nova Dogmática Jurídica”. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999. p. 91.

⁵⁵ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, pp. 12-21.

⁵⁶ *Id.*, p. 14.

⁵⁷ *Id.*, p. 15.

⁵⁸ *Id.*, p. 19.

em torná-lo apenas um instrumento de reciclagem do Poder Constituído e de suas instituições.⁵⁹

A terceira corrente, buscando explicar tal relação, é denominada **transcendente**, segundo a qual o Poder Constituinte é um fato social, ou melhor, uma seqüência de fatos sociais, completamente externo ao caráter normativo do Estado. Assim, ele se materializa socialmente, mas não toca no aspecto normativo de sua atuação, abdicando do mesmo. Para KELSEN, interpretado por NEGRI, “... *somente uma norma pode determinar – e determina – o procedimento pelo qual se produz uma outra norma*”.⁶⁰ Portanto, esta corrente, ao retirar a força normativa do Poder Constituinte, como formador de um novo estado de coisas, na verdade o nega, em prol da manutenção do Poder Constituído.

Visto que, das análises existentes sobre o Poder Constituinte e seus elementos, nenhuma opção se afigura suficiente para descrevê-lo e caracterizá-lo em sua força e atuação, faz-se necessário propor um novo modelo para esta categoria, “Poder Constituinte”, que abranja e atue em torno de um eixo social, conforme os interesses da multidão e sem desconsiderar o seu caráter normativo. Esta proposta será abordada no próximo capítulo.

⁵⁹ Segundo essa acepção é que surge a semelhança doutrinária entre Poder Constituinte e Pacto Social.

⁶⁰ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 13.

2. UMA NOVA PROPOSTA DE PODER CONSTITUINTE

*Sujeito – Momento – Volume de Poder –
Movimento – Sentido – Relação Dialética –
Estabelecimento – Materialização – Caractere Econômico*

Foi dito no capítulo anterior que tradicionalmente o Poder Constituinte é encarado como manifestação normativa do Estado, em nível superior ao legislativo “ordinário”. Ou seja, desvinculado da multidão, a ela remetendo apenas de forma indireta, seja personificado no “líder” ou na “representação parlamentar”. De qualquer forma, o “líder” e/ou a “representação parlamentar” são instrumentos do Estado, a ele remetem-se e o corporificam. Em última análise, fazem parte do Estado e são o próprio Estado.⁶¹

A proposta de Antonio NEGRI, quanto ao Poder Constituinte, encaminha-se diversamente. Muito embora sinalize semelhantemente a LOCKE, em termos da proteção dos direitos naturais sociais como suporte ao poder estatal, NEGRI abarca as noções produzidas por SPINOZA⁶² e FOUCAULT⁶³ em um ideário contra a opressão.

Este ponto direciona-se para a multidão e em favor dela, que se encontra desejosa de libertação, oprimida pela classe dominan-

⁶¹ Nesse sentido, WEBER, Max. *CIÊNCIA E POLÍTICA...*, *op. cit.*, p. 62. Ainda, a visão de HOBBS – absolutista – e a de LOCKE – constitucionalista – remetem, ambas, a que o Poder Constituinte esteja diretamente vinculado ao Estado, e este o titulariza. Diferem entre si, portanto, em termos da formação essencial do Estado, mas não quanto à sua titularidade do Poder Constituinte.

⁶² Para aprofundamento, NEGRI, Antonio. “A ANOMALIA SELVAGEM: Poder e Potência em Spinoza”, trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: 34, 1993; CHAUI, Marilena. “A NERVURA DO REAL: Imanência e Liberdade em Spinoza”. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁶³ Para aprofundamento, DELEUZE, Gilles. “FOUCAULT”. Paris: 1989.

te⁶⁴, preñe de energia acumulada⁶⁵, organizada a ponto de se auto-regular (consciente e inconscientemente)⁶⁶ e que se opõe firme e deliberadamente contra o Poder Constituído e suas instituições.

Assim, o sujeito do Poder Constituinte, nessa nova proposta, já não é o Estado mas sim a multidão que o sustenta. Ao Estado, portanto, já não caberia mais apenas tentar satisfazer (de forma pacificadora) os interesses primários da multidão ou nela buscar o suporte para seu poder, tampouco protegê-la contra um (invisível) inimigo. Diante da possibilidade – e ameaça latente – de a multidão desconstruir, reconstruir ou reformar o próprio Estado, a este caberia o papel de representá-la e não mais buscar a manutenção do *status quo* e a reprodução da classe dominante.

Uma vez que, em termos pragmáticos, em geral o Estado não assume esse posicionamento político – e mesmo que o fizesse granjearia para si tamanha oposição (da elite dominante) que tornaria impossível qualquer continuidade de tal posicionamento⁶⁷ – a multidão, ao tornar-se cônica de seu poder latente e externar o seu desejo de libertação, vai de encontro ao poder estatal, transmutando-se em sujeito de um novo Poder Constituinte e estabelecendo uma nova ordem de poder.

Duas considerações a respeito dessa subjetividade. A primeira delas é que a expressão de poder pela multidão não dá margem a um totalitarismo, seja ideológica ou politicamente. Do Poder Constituinte não emana um “pensamento único” ou uma “vontade popular personi-

⁶⁴ Muito embora este estudo não tenha como base a obra de MARX, alguns de seus pressupostos e categorias se fazem essenciais à compreensão, não apenas por estarem presentes no inconsciente coletivo, como também por facilitarem a elaboração de novas categorias.

⁶⁵ Constituindo o que NEGRI chama de “potência”, categoria obtida de SPINOZA.

⁶⁶ A noção de “biopoder” produzida por FOUCAULT.

⁶⁷ O exemplo gritante a esse respeito é a eleição e destituição do governo de Salvador ALLENDE no Chile, deposto pelo golpe de estado de Augusto PINOCHET em 1973.

ficada” que restrinja o pensamento das várias correntes populares, como ocorre nas manifestações totalitárias.⁶⁸

Pelo contrário, a noção de *biopoder*, conforme formulada por FOUCAULT,⁶⁹ tem no pluralismo um de seus pressupostos. Ainda, a formação do Sujeito Constituinte, a partir da multidão, se dá pela reunião de vários pensamentos libertários em torno de objetivos comuns, e não a partir da unificação de objetivos em uma única proposta. Assim, o biopoder, fator unificador do Sujeito Constituinte, não tolera qualquer forma de totalitarismo em seu seio.

A segunda consideração trata do caráter revolucionário do Sujeito Constituinte.⁷⁰ Tal sujeito aparecerá necessariamente no bojo de um movimento de subversão da ordem até então instituída. As consequências e o grau de alteração do estado de coisas, entretanto, serão objetos de análise mais à frente.

Como atora deste movimento, a multidão poderá estar totalmente envolvida com ele, mas também poderá ser substituída por parte relevante dela que, muito embora não seja a sua totalidade, tenha legitimidade para agir em seu nome. Assim é que, por exemplo, tanto um levante guerrilheiro como um movimento burguês, ou ainda uma cara-

⁶⁸ Carl SCHMITT: “... *O estado de exceção, à medida que instala uma suspensão da ordem jurídica em seu conjunto; parece subtrair-se a toda consideração de direito; mas trata-se precisamente, para ele, de assegurar uma relação, qualquer que seja, entre o estado de exceção e a ordem jurídica: ‘O estado de exceção distingue-se sempre da anarquia e do caos, e, num sentido jurídico, há nele ainda uma ordem, ainda que não se trate de uma ordem jurídica’.*” Apud AGAMBEN, Giorgio. “A ZONA MORTA DA LEI”. in FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno MAIS, folha 5. São Paulo: Folha da Manhã, 16 de março de 2003.

⁶⁹ Vide nota 23.

⁷⁰ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., op. cit., pp. 28-29.

vana de milhões, uma vez agindo em nome e favor da multidão contra o Poder Constituído, configurar-se-ão como Sujeito Constituinte.⁷¹

Entretanto, a atuação do Sujeito Constituinte não surge espontaneamente ou por pressões políticas. Em geral ele se encontra alijado, até então, da condução política do Estado ou, ainda que tenha relativa participação junto ao Estado, tem seus interesses desprestigiados em favor da classe dominante.⁷²

Uma vez subjacente ao Sujeito Constituinte, como definido acima, o Poder Constituinte se manifestará apenas quando do alcance de um volume de poder tal que, por um lado, sobrepuje a soma de todo o poder e influência da classe dominante e do Estado e, por outro lado, desequilibre a relação a seu favor, entre os pólos “dominante” e “dominado”.

Em resumo, a formação do Sujeito e do Momento Constituinte – e sua manifestação em Poder Constituinte – se dá, em primeiro lugar, pelo fato de a multidão estar coesa a ponto de auto-regular-se e exercer o seu biopoder contra a opressão a que é submetida. Em segundo lugar, é necessário que a soma dos volumes de poder da multidão e da representação popular superem, em grande escala, a soma dos volumes de poder da classe dominante e do Poder Constituído, de forma que estes grupos sejam sobrepujados. Em terceiro lugar, é necessário que o

⁷¹ Exemplos: a Revolução Sandinista na Nicarágua no Séc. XX (popular), a Revolução Francesa do Séc. XVIII (“popular-burguesa”), a Revolução Inglesa do Séc. XVII (“burguesa”) ou, se permitida a hipérbole, os “23 milhões de pessoas que não podem dormir enquanto não acabarem com eles [os latifundiários]”, declaração de João Pedro STEDILE, Coordenador do MST. In FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Brasil, folhas A-1 e A-4. São Paulo: Folha da Manhã, 26 de julho de 2003.

⁷² NEGRI: “Quando a luta de classes reabriu a síntese mistificada da modernidade nas primeiras décadas do século XX, e demonstrou mais uma vez a *poderosa antítese entre o Estado e a multidão*, e entre as forças produtivas e as relações de produção, essa antítese levou diretamente à guerra civil européia...” (grifo nosso) in HARDT & NEGRI, IMPÉRIO, op. cit., p. 127.

eixo de equilíbrio, em seus quatro grupos citados, esteja significativamente desequilibrado em favor do pólo formado pelos volumes de poder da multidão e de sua representação.

Convém ressaltar que esse desequilíbrio não é sinônimo da vantagem política que se citou. Por exemplo, é possível que todos os quatro grupos, ou pelo menos um grupo em cada pólo, tenha um grande volume de poder e influência à sua disposição, de forma que, ainda que um pólo tenha uma grande vantagem política sobre o outro, o desequilíbrio proporcional não seja tão acentuado. Neste caso, as consequências sociais seriam outras, como se verá em capítulo mais à frente, e não seria possível a manifestação constituinte.

Portanto, presentes estes três elementos – o Sujeito Constituinte, o volume de poder e o desequilíbrio social – dar-se-á o **Momento Constituinte**.⁷³ Ele é absoluta e intrinsecamente temporal, uma vez que não ocorre metafisicamente ou no consciente coletivo; é ação – e ação coordenada, não espontânea – de caráter irresistível e fluxo contínuo direcionado. Assim como o Sujeito Constituinte é revolucionário, também o é o Momento Constituinte. Sendo ele “ação” em um fluxo direcionado, avança – espacialmente – como **Movimento Constituinte**.⁷⁴ Muito embora próximos e semelhantes, estes conceitos são diversos.

O Momento Constituinte ocorre estruturalmente, em função das forças atuantes e da contraposição delas. Atua como “aceleração” (usando uma metáfora física), ou seja, é a resultante das forças existentes, ocorrendo de forma temporal em seu ápice. A partir deste ápice, ele mantém-se mas, ao agregar forças em seu entorno e demons-

⁷³ LENIN, in A QUESTÃO DO PARTIDO..., *op. cit.*, p. 47.

⁷⁴ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, pp. 52-56.

trar-se espacialmente, transforma-se em Movimento Constituinte – como se passasse de “aceleração” para “velocidade”, utilizando novamente a metáfora fisicista.

A ação do Poder Constituinte, a qual concretiza-se no Movimento Constituinte, é conjuntural e coordena-se em função dos obstáculos a serem removidos por esse fluxo de poder. O Movimento Constituinte mantém a temporalidade do Momento Constituinte,⁷⁵ mas a partir de então se estende de maneira indeterminada em sua duração e efeitos, até a materialização do Poder Constituinte.

O sentido desse movimento é dado pelo Sujeito Constituinte, em direção ao pólo opressor do eixo social e em oposição a ele.⁷⁶ O Movimento Constituinte, entretanto, extrapola a mera relação marxiana “dominante” e “dominado”,⁷⁷ e não busca uma composição ou superação desta relação. Se assim fosse, nada mais haveria que uma reciclagem do *status quo*, o que não é o seu objetivo. Nesta hipótese, o Poder Constituinte ver-se-ia frustrado em seu nascimento e negado empiricamente.

O Movimento Constituinte, por seu caráter revolucionário, atua em levante não apenas contra a classe dominante, mas também contra o Poder Constituído. Este Poder Constituído deixa de ser legítimo para a representação do Estado (e, indiretamente, da multidão, conforme a noção de LOCKE), pois é negado em sua subjetividade e atuação. Portanto, o Movimento Constituinte não busca sobrepujar a relação “dominante” e “dominado” (para atingir uma eventual “igualdade”), mas so-

⁷⁵ *Id.*, p. 49.

⁷⁶ *Id.*, p. 51.

⁷⁷ MARX & ENGELS, MANIFESTO..., *op. cit.*, p. 20-21.

brepujar a própria classe dominante.⁷⁸ Para isso, e em virtude disso, o Poder Constituído é igualmente contestado e derrubado. Metaforicamente, não ocorre a renovação ou alteração das regras do jogo, mas sim a formação de um novo jogo.⁷⁹ Forma-se de um novo estado de coisas por força do Movimento Constituinte, um estado de coisas permanente (em termos espaciais) e contínuo (temporalmente). Esse estado de coisas provém do estabelecimento do Poder Constituinte, em função de seu movimento.

Entretanto, o Poder Constituinte não se funda sobre o vazio ou sobre o ideal. Ele é de natureza real e concreta, em todas as suas acepções, bem como os direitos e garantias que pretende estabelecer em prol da multidão são reais e concretos. Mesmo assim, essas garantias e direitos concedidos à multidão serão gozados apenas se houver lastro político que o permita.⁸⁰ Necessariamente, esse lastro não pode ser o próprio Poder Constituinte porque, apesar de sua permanência, ele não é estático e monolítico; se assim fosse, e pudesse o Poder Constituinte lastrear o gozo daqueles direitos e garantias, a sua continuidade temporal ver-se-ia comprometida. Necessita-se, portanto, de um elemento lastreador externo ao Poder Constituinte em si.

MAQUIAVEL, em sua obra “O Príncipe”, assim propõe:
“Os mais importantes alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou ainda misto, são as boas leis e os bons exércitos. E, porque não podem viger boas leis lá onde não existem bons exércitos, e porque onde

⁷⁸ *Id.*, p. 63.

⁷⁹ É digno de nota que Norberto BOBBIO, defensor de linhas mais conservadoras na Ciência Política e Filosofia do Direito, no que tange às relações entre grupos sociais e estabelecimento do poder, escreveu a esse respeito uma obra chamada “*O Futuro da Democracia: Em Defesa das Regras do Jogo*” (grifo nosso).

⁸⁰ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, pp. 156-159.

*há bons exércitos convém que vigorem boas leis, abster-me-ei de falar sobre estas para privilegiar o exame daqueles”.*⁸¹

Porém a proposição de que “as armas” – poder militar e segurança social – sejam o grande garantidor social não se sustenta, uma vez que o uso das armas é subjetivo, em função daqueles que as detém, e externo à multidão. Ou seja, a não ser que a multidão esteja em armas e vigore o uso da *vendetta* (o que se admite apenas por hipótese), dificilmente se realizaria a premissa de que as armas sejam o garantidor social.⁸²

Por outro lado, o uso das armas pelo Estado – mesmo se fosse ele fruto de um Poder Constituinte recente – pode se mostrar arbitrário e, não apenas isso, comprometer a paz social, por conta da repressão imposta. Em conseqüência, o desejo de libertação à opressão novamente floresceria e este novo Poder Constituído não perduraria, vítima de um novo Poder Constituinte subsequente.

James HARRINGTON, após a Revolução Inglesa, complementa a proposição de Maquiavel e define: “*Power follows property*” [O Poder segue a Propriedade].⁸³ Para ele, a propriedade deve ser o lastro garantidor dos direitos concedidos à multidão pelo Movimento Constituinte, atuando tanto como fonte de segurança jurídica como de segurança social.

⁸¹ MACHIAVELLI, *op. cit.*, p. 68.

⁸² Como defende LENIN, em “SUR LA DUALITÉ DU POUVOIR”, *Apud A QUESTÃO DO PARTIDO...*, *op. cit.*, p. 49.

⁸³ HARRINGTON, James. OCEANA, in THE POLITICAL WORKS OF JAMES HARRINGTON. Cambridge – Londres – Nova York – Melbourne, 1977. p. 155-359. *Apud NEGRI, O PODER CONSTITUINTE...*, p. 159.

Portanto, é necessário que se entregue propriedade à multidão configurada como Sujeito Constituinte. Duas considerações sobre esta proposição; a primeira delas, à primeira vista óbvia mas essencialmente relevante, é que deve haver propriedade a ser entregue à multidão. Não havendo, o Movimento Constituinte se esfarelará e surgirá um vácuo e, possivelmente, o caos.

A segunda consideração diz respeito à origem da propriedade a ser entregue à multidão. Como já analisado, a multidão não tem propriedade ou, se a tem, a tem minimamente. Esta é a principal fonte de opressão – não ter propriedade ou se ver privado dela⁸⁴ –, a qual insufla e origina o Movimento Constituinte. Logo, esta propriedade está fortemente concentrada no outro pólo do eixo de equilíbrio social, formado pela classe dominante e pelo Poder Constituído.

Diante do Movimento Constituinte, a classe dominante e o Poder Constituído se vêem subvertidos em seu *status quo*, principalmente em volume de poder mas também em relação ao direito de propriedade. O Movimento Constituinte é tão irresistível e atua em um fluxo tão intenso que **expurga** a propriedade das mãos da classe dominante e do Poder Constituído. Este expurgo é a chave para o **estabelecimento** do Poder Constituinte.⁸⁵ Apenas a partir do expurgo é que o Movimento Constituinte, muito embora já tivesse todas as características de “Poder Constituinte” definidas, passa a ser considerado efetivamente como tal.

⁸⁴ Exemplo: manchete “*PAÍS FICA MAIS RICO E MAIS DESIGUAL*”, a respeito do desenvolvimento econômico no Brasil no século XX. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Especial “O Brasil do Século 20”, folha 1. São Paulo: Folha da Manhã, 30 de setembro de 2003.

⁸⁵ Exemplo disso, embora a força política demonstrada por tais movimentos sociais seja ainda incipiente, é a ocupação de imóveis pelos Movimentos “Sem Terra” e “Sem Teto”, seguida de mecanismos auto-reguladores, conforme noticiado na FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Cotidiano, folha C-1. São Paulo: Folha da Manhã, 27 de julho de 2003.

NEGRI, interpretando HARRINGTON, conclui quanto ao estabelecimento do Poder Constituinte, ser esta categoria “... *religião cívica de um povo em armas, que reivindica a virtù* [conceito maquiaveliano referente ao poder transformador] *como garantia da república e a propriedade como sua base material*”.⁸⁶

A propriedade, nesse sentido, deve ser considerada de modo amplo, o mais amplo possível. Não diz respeito unicamente aos bens imediatamente visíveis da classe dominante, mas inclui os imóveis rurais e meios de produção. Estas são as fontes da futura produção de riquezas e crescimento social pelo novo estado de coisas.⁸⁷ Tais bens, lembre-se, serão também fonte da segurança social necessária para o exercício dos direitos sociais propiciados pelo Poder Constituinte. Assim, o Poder Constituinte apresenta-se ao mesmo tempo como protetor, instituidor e garantidor dos interesses da multidão e dos direitos a ela inerentes.⁸⁸

A propriedade expurgada para fins de estabelecimento do Poder Constituinte deve ser repartida à multidão, concomitantemente ao seu expurgo, e não mantida em mãos do Estado. Se o Estado a conservasse para si, dar-se-ia um grande passo na direção da institucionalização e formalização da democracia nascente, ao contrário do que se pretende com o Poder Constituinte; tal institucionalização e formalização encaminhariam os grupos revolucionários para a formação de um novo Poder Constituído alheio e externo à multidão, sem entretanto estabelecer-se anteriormente como Poder Constituinte.⁸⁹

⁸⁶ NEGRI, *O PODER CONSTITUINTE*..., *op. cit.*, p. 159.

⁸⁷ HARDT & NEGRI, *op. cit.*, p. 323.

⁸⁸ NEGRI, *O PODER CONSTITUINTE*..., *op. cit.*, p. 160.

⁸⁹ *Id.*, p. 48.

Retornando ao exame dos direitos sociais já mencionados, o Poder Constituinte deve, primeiramente, atuar em um exercício **orientado** por tais direitos. Muito embora tal noção aparentemente remeta a um jusnaturalismo disfarçado, assim não ocorre.⁹⁰ A orientação dada ao Poder Constituinte é proveniente dos ideais formulados quando da origem do Sujeito Constituinte.

Lembremos que o Sujeito Constituinte atua conforme a noção de biopoder, ou seja, produz uma auto-regulação consciente e inconsciente – ao mesmo tempo em que produz a regulação, decide pautar-se por ela.⁹¹ A esta regulação é que o exercício do Poder Constituinte deve remeter-se, desde a sua formação no Sujeito Constituinte, perpassando pelo Movimento Constituinte, no Estabelecimento Constituinte e finalmente em sua materialização.

Em segundo lugar, o Poder Constituinte deve ser **orientador** dos direitos sociais atribuídos ao sujeito constituinte (“multidão”). Com isto, quer se dizer que o Poder Constituinte não apenas pauta-se pelas diretrizes do Sujeito Constituinte, em termos de garantir os direitos pelos quais lutou no Movimento Constituinte, mas também e principalmente deve formular tais direitos e estendê-los a todos, de forma a perpetuá-los no tempo.

Entretanto, mais do que o papel formulador, o Poder Constituinte deve **prevenir** a ocorrência de fatos que, primeiramente, comprometam a fundação de um novo estado de coisas; e que, segundo, encaminhem – seja a curto ou longo prazo – o novo estado de coisas a um

⁹⁰ Se assim fosse, cair-se-ia na armadilha da interpretação co-extensiva de Poder Constituinte, pela qual ele é uma manifestação normativa decorrente da mera integração entre fato social e norma. *Vide* notas 58 e 59.

⁹¹ HARDT & NEGRI, *op. cit.*, pp. 42-46.

sistema antidemocrático semelhante ao destituído.⁹² Ainda, evitar o surgimento de corrupção (no sentido de “deterioração”) institucional que impeça ou desvie a consecução dos interesses do Sujeito Constituinte.

Com todos esses objetivos em mente, o Poder Constituinte – como orientador –, no que se pode chamar de “etapa conclusiva do primeiro estágio”, deve formalizar-se em um documento de **Constituição Material Formal**.⁹³

A Constituição Material Formal, como documento normativo, foge às armadilhas existentes nos três pensamentos constitucionais citados no capítulo anterior. No que diz respeito à imanência, o Poder Constituinte é externo à normatização, e tampouco a criação de um documento legislativo se confunde com uma mera normatização. Relativamente à transcendência, o Poder Constituinte, apesar de externo à normatização, atua decisivamente no plano normativo, sendo a Constituição Material Formal um reflexo do Poder Constituinte. Finalmente, quanto à concepção coextensiva, o Poder Constituinte é existente, no universo jurídico, independentemente da sua formulação normativa; neste sentido, a Constituição Material Formal dá uma aparência normativa ao Poder Constituinte, mas ela é absolutamente dispensável quanto à produção de efeitos jurídicos, uma vez que estes ocorrem no universo jurídico desde a formação do Sujeito Constituinte e não necessariamente conexos à formulação normativa.

Antonio NEGRI, em conclusão ao conceito de Poder Constituinte e sua materialização na Constituição Material Formal, assim expõe:

⁹² Vide nota 89.

⁹³ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., pp. 160-164.

“A questão fundamental continua a ser esta: como pode então a virtù resistir à fortuna, evitando sua própria reabsorção pelo mecanismo destruidor da corrupção? Tornando-se republicana: predispondo as condições sociais e políticas que permitam a organização efetiva da liberdade britânica. O equilíbrio entre os poderes, que constitui garantia de liberdade, é então preenchido de conteúdos sociais, ou seja, fundados sobre a propriedade. O maquiavelismo apresenta aqui sua face mais realista. A liberdade somente pode ser eficaz se confrontada com as condições materiais da república, da vida civil. A utopia maquiaveliana deve então atravessar os regimes de propriedade”.

(...)

“... A liberdade deve confrontar-se conscientemente com as suas condições materiais; a desunião das forças e dos sujeitos deve ser fundada sobre as diferentes dimensões da propriedade; deve ser regulada segundo uma ‘constituição material’ que faça com que estes sujeitos, em sua diversidade, concorram para a realização de um mesmo objetivo civil, de um acordo das propriedades”.

(...)

“... A concepção de constituição mista experimenta uma radical mutação: torna-se uma nova máquina constituinte”.⁹⁴

A Constituição Material Formal, a partir de então, como instrumento normativo e reflexo do Sujeito Constituinte, torna-se fonte

⁹⁴ *Id.*, p. 160.

de **democracia**.⁹⁵ Com isto, não se quer dizer apenas uma democracia formal ou institucional, mera possibilidade de votar e ser votado; buscase a fundamentação e a solidificação de relações sociais igualitárias, **até então não existentes**.⁹⁶

Este estudo entende “democracia” como a participação da multidão, de forma determinante, na regulação social, sob a perspectiva do biopoder. Nesse sentido, difere do conceito de democracia *lato sensu* que hoje perpassa o inconsciente coletivo social. Essa noção comum entende democracia como a negação da monarquia ou do totalitarismo; assim sendo, não se forma uma proposição de democracia pelo que ela seja, mas sim pelo que não é.⁹⁷

Por outro lado, cientistas políticos tratam, *stricto sensu*, de uma “democracia participativa” em contraponto à “democracia representativa”. Esta última nada mais seria do que o sistema, pretensamente “democrático”, em que a população elege seus representantes e governantes, cabendo a essas figuras o controle do Poder Constituído.⁹⁸ Aque-la primeira concepção diria respeito à participação, de forma mais ampla, da população nos rumos do Governo. Isso incluiria decisões plebis-

⁹⁵ Nesse sentido, entrevista de Marilena CHAUI à FOLHA DE SÃO PAULO: “... O fato de que todas as categorias profissionais e todas as classes sociais se manifestam livremente, a favor e contra as medidas governamentais. Os grevistas não são desqualificados como caipiras, atrasados, incompetentes. São levados a sério e se negocia com eles. (...) Democracia não é, como querem os liberais, o regime da lei e da ordem. Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento”. Apud FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Brasil, folha A-10. São Paulo: Folha da Manhã, 03 de agosto de 2003.

⁹⁶ Idem: “A tragédia da história política brasileira tem sido o fato de que toda vez que os conflitos procuram se exprimir legitimamente, imediatamente eles recebem o nome de crise. E a palavra crise para a direita [classe dominante] brasileira significa perigo e desordem. É por isso que a democracia nunca vai para frente. Espero que dessa vez vá.”

⁹⁷ Por exemplo, MACHIAVELLI, *op. cit.*, pp. 54-59.

⁹⁸ VOLKMER, *op. cit.*, pp. 222-223.

citárias ou *ad referendum* e a instituições de comissões populares para elaboração de mecanismos de governos, entre outras possibilidades.⁹⁹

De toda forma, seja sob um paradigma “participativo” ou “representativo”, em última análise a participação da multidão é limitada, intrinsecamente, às formas eleitoral ou indicativa.¹⁰⁰ Não se concebe, no conceito “moderno” de democracia, algo além dessa atividade, que é gerada pelo constitucionalismo de LOCKE. As possibilidades de uma justiça popular, de estabelecimento de uma auto-regulação comunitária, entre outras formas de se exercer o biopoder, *a priori* não são consideradas.¹⁰¹

Neste ponto, cabe um parêntesis. A democracia conhecida no século XXI está definitivamente limitada aos aspectos eleitorais e de representação indireta. O autor defende que toda institucionalização da democracia, ao invés de fortalecê-la, a diminui, porque faz o seu alcance limitado. A democracia, como proposta neste estudo, e segundo os princípios do biopoder, é expansiva e intersticial a todos os movimentos sociais. Ao contrário do que expõe NEGRI, o modelo democrático, conquanto possa ter na República o seu auge, não é refém de uma forma de governo ou de instituições. Esta seria uma das armadilhas a corromper o próprio funcionamento do sistema previsto pela Constituição Material Formal. A democracia está além destes limites e pode ser exercida independentemente do regime ou sistema de governo. Tampouco pode a multidão, conquanto possível Sujeito Constituinte, submeter-se às mesmas táticas institucionalizadas de uma democracia formalista.¹⁰² Por outro lado, também não pode a multidão recusá-la – de maneira anárqui-

⁹⁹ *Id.*, pp. 228-229.

¹⁰⁰ NEGRI, *O PODER CONSTITUINTE...*, *op. cit.*, pp. 23-24.

¹⁰¹ WOLKMER, *op. cit.*, pp. 273-287.

¹⁰² Nesse sentido, LENIN, *in A QUESTÃO DO PARTIDO...*, *op. cit.*, p. 52.

ca – meramente sob a pecha de ser “formalista”,¹⁰³ sob pena de perder o seu próprio caráter democrático. À multidão só cabe subvertê-la e transformá-la, pela força do Poder Constituinte. Fecha parêntesis.

O Poder Constituinte, conquanto seja revolucionário, não é necessariamente desagregador. Ou melhor, não é desagregador sob qualquer forma. Expressões revolucionárias houve, nos três últimos séculos, que, das duas uma: ou iniciaram-se como se fossem Poder Constituinte e perverteram-se ao longo de sua trajetória;¹⁰⁴ ou, ainda que tivessem a multidão como sujeito, não se estabeleceram como Poder Constituinte.¹⁰⁵ Ou seja, mesmo sendo revolucionárias tornaram-se desagregadoras, por não se materializarem em Poder Constituinte. Tais considerações se traçam a respeito da observância a princípios democráticos e à manutenção da expressão popular, bem como o foco nos direitos sociais da multidão, tendo-a (ou parte relevante dela) como Sujeito Constituinte, necessariamente.

Da observância deste conjunto de princípios, valores e objetivos, obtém-se o conceito de “revolução permanente”,¹⁰⁶ alvo final e elemento das etapas seguintes à materialização do Poder Constituinte. A revolução permanente se dá não por um contínuo atuar de movimentos sociais e de armas – o que poderia ser interpretado como uma equação exponencial ao infinito – mas sim pelo contínuo renovar da participação democrática e da ampla gama de possibilidades igualitárias de representar a multidão. A revolução permanente faz perpetuar no tempo o Poder

¹⁰³ Como defende Slavoj ŽIŽEK em seu artigo “Excesso e Carência de Democracia” (trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves), in FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais, folhas 10-11. São Paulo: Folha da Manhã, 27 de abril de 2003.

¹⁰⁴ O caso mais trágico, o stalinismo.

¹⁰⁵ Por exemplo, Mao Zedong, com a Revolução Cultural na China (décadas de 40 e 50), e a Revolução Cubana de Fidel Castro.

¹⁰⁶ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, pp. 166-167.

Constituinte, vivo e atuante, sobrepondo-o a qualquer manifestação perniciosa de um eventual Poder Constituído corrompido.

O exemplo e modelo completo de Poder Constituinte é dado pela Revolução Inglesa do século XVII. Aquela revolução formou-se no seio de parte relevante da multidão, configurando-a como Sujeito Constituinte. Ganhou Momento Constituinte ao sobrepor-se ao poder real. Perpassou toda a sociedade britânica como Movimento Constituinte, levando a realeza à prisão. Estabeleceu-se com o expurgo de propriedade – no caso, excepcionalmente, do direito de tributar e de atuar sobre a propriedade dos cidadãos. Materializou-se normativamente. Perpetuou-se na instalação do Parlamento como sede do poder.¹⁰⁷

É possível, por óbvio, discutir-se a existência de uma verdadeira democracia na Grã-Bretanha hodierna, sendo ela presa ou não do formalismo e do institucionalismo, mas fato é que, em termos temporais, no século XVII, o Poder Constituinte atuou naquela nação.

Outros fenômenos sociais regulatórios há, porém não sendo os mesmos objeto deste estudo. Entretanto, passar-se-á a analisar o Pacto Social, nos próximos capítulos, em comparação ao Poder Constituinte e aos mecanismos de ambos.

¹⁰⁷ DALLARI, *op. cit.*, pp. 175-176.

3. O PACTO SOCIAL

*Conceitos – Histórico – Manifestação – Aplicabilidade –
Sujeito – Volume de Poder – Movimento – Sentido – Finalidade –
Materialização – Resultados – Caractere Econômico*

Nos capítulos anteriores tratou-se da formação do Estado, de sua incompatibilidade com os interesses da multidão – histórica, não necessariamente paradigmática –, das concepções de Poder Constituinte e de uma nova proposta de Poder Constituinte que levasse a uma democracia biopolítica.

Neste capítulo, busca-se a definição teórica de um movimento político diverso do Poder Constituinte, muito embora a ele assemelhado em seu resultado final, qual seja o Pacto Social, fenômeno sócio-político marcadamente pertinente ao século XX.

Pacto Social é a definição político-normativa sintética obtida por via negocial entre grupos opostos do eixo social. Ainda que esta definição seja algo ampla, reflete os seus principais elementos, quais sejam: i) “definição”: o Pacto Social estipula novos parâmetros, princípios ou regulamentares, para as relações entre os grupos sociais; ii) “político-normativa”: o Pacto Social, assim como o Poder Constituinte, atua como resultante do exercício do poder e tem caráter *legiferandi*; iii) “sintética”: o Pacto Social existirá apenas quando for síntese consensual, ponto comum, do pensamento e dos interesses pleiteados pelas partes; iv) “obtida por via negocial”: o Pacto Social não é imposto por nenhuma das partes, tampouco pode ser produção governamental. Con-

quanto possa englobar o Parlamento ou órgãos administrativos estatais em sua formulação, estes atuam ou como mediador entre as partes ou coligados a uma delas. As partes é que produzirão o consenso e, portanto, a síntese; v) “grupos opostos do eixo social”: o Pacto Social só existirá se as partes negociantes estiverem, como se verá a seguir, localizadas em pólos opostos do eixo de equilíbrio social, e defenderem interesses pertinentes aos respectivos pólos.

FREITAS JR., em sua tese “Conteúdo dos Pactos Sociais”, formula o Pacto Social da seguinte forma:

*“Nesta direção, chamarei de pacto social o negócio jurídico resultante de entendimento de caráter político e/ou social, substantivos e/ou procedimentais, que tenham por propósito o estabelecimento de regras genéricas para políticas públicas e para o comportamento dos atores sociais, na conformidade com os interesses por estes veiculados por intermédio de órgãos públicos, de partidos políticos, ou de quaisquer entes capazes de expressar interesses sociais relevantes”.*¹⁰⁸

Muito embora, à primeira vista, a conceituação de FREITAS JR. abranja todos os elementos daquela lançada mais acima, sob uma avaliação mais profunda percebe-se padecer de alguns vícios.

O primeiro deles encontra-se no uso da fórmula “político e/ou social”. Tal expressão consagra a histórica compartimentalização

¹⁰⁸ FREITAS JR., Antonio Rodrigues de. CONTEÚDO DOS PACTOS SOCIAIS. São Paulo: LTr. p. 24.

do conhecimento e da atuação social.¹⁰⁹ Pois bem, segundo a perspectiva do biopoder, que se utiliza neste estudo, não há poder que não seja social, nem tampouco se pode falar em atuação social que não redunde em poder, por mínimo que seja.

O segundo vício apresenta-se na expressão “na conformidade com os interesses por estes veiculados”, a qual encerra um grave defeito de ótica. Tal expressão dá a entender que ambos os pólos sociais apresentam suas necessidades e, por via negocial, vão à busca delas, até obter-se o consenso.

Entretanto, como se verá mais à frente, a iniciativa e o movimento do Pacto Social são essencialmente originados na classe dominante e no Poder Constituído. A apresentação recíproca de reivindicações – como proposta por FREITAS JR. – pode ocorrer, e ocorre, mormente nas negociações coletivas trabalhistas (nível microsocial),¹¹⁰ mas não é o fato quando se trata de Pacto Social (nível macrosocial). No Pacto Social, à multidão e sua representação nada cabe senão a luta pela defesa do seu estado mínimo de opressão (qual seja o que se encontrem então) e contra um possível arrocho.

Outro estudioso do Pacto Social foi Éfren CÓRDOVA, o qual pesquisou de maneira mais ampla o exercício deste movimento político, na década de 80, em termos do que chamou de “concertação social”. Para CÓRDOVA, a concertação social seria um “... *processo capaz de acomodar interesses opostos em momentos de emergência e também*

¹⁰⁹ Como bem expõem BERGER & LUCKMANN em A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, *op. cit.*

¹¹⁰ No que diz respeito ao Dissídio Coletivo, sede judicial das relações coletivas de trabalho, CLT, artigo 858, alínea b: “Art. 858. A representação será apresentada em tantas vias quantos forem os reclamados e deverá conter: (...) b) os motivos do dissídio e as bases da conciliação” (grifo nosso).

*como um elemento catalisador que serve para dar maior impulso e dinamismo às forças sociais em tempos de bonança. Não significa, simplesmente, abrir um parêntesis nas confrontações, mas deveria ter a continuidade necessária para fortalecer o consenso e propender a uma convergência dinâmica e construtiva”.*¹¹¹

Esta formulação de “processo” é bem-vinda, uma vez que fornece a idéia de movimento, bem como a participação contraditória das partes. Da mesma forma, as idéias similares de “catalisação” e “convergência” são realmente pertinentes ao Pacto Social, já que este tende à pacificação e à solução consensual de interesses dos grupos sociais opostos.

Entretanto, tal definição manifesta uma clara opção de conformismo e manutenção do estado de opressão sobre a multidão, implicando que o Pacto Social, enquanto movimento político, nada mais faz do que a reciclagem do *status quo*; *tout change pour que tout reste pareil*.¹¹²

Mais grave, entretanto, é a apresentação, por CORDOVA, de proposições contraditórias (considerando tal expressão negativamente). Primeiramente, “dar maior impulso e dinamismo às forças sociais em tempos de bonança” configura-se mera retórica, porque na verdade não se pretende dar “maior impulso e dinamismo” à multidão, uma vez que isso provavelmente levaria à formação de um Poder Constituinte – o que decididamente não interessa à classe dominante e ao Poder Constituído. Na verdade, com a pacificação obtida, quando da formulação de

¹¹¹ CORDOVA, Éfren. PACTOS SOCIAIS: Experiência Internacional, Tipologia e Modelos. São Paulo: IBRART – Ministério do Trabalho, 1985. p. 22.

¹¹² LAMPEDUSA, Giuseppe Tomaso di. “IL GATTOPARDO”, tradução francesa. Tradução livre: [*“Mudar tudo para que tudo permaneça o mesmo”*].

um pacto social, deseja-se é que as forças sociais se arrefeçam e possíveis movimentos políticos sejam natimortos.

Em segundo lugar, a convergência obtida jamais é “constitutiva”. Pelo contrário, o que se percebe, quando da formulação de Pactos Sociais, é a manutenção de um estado de coisas opressivo, o lançamento de metas sócio-políticas irreais que levam apenas à revisão para menos dos padrões acordados¹¹³ e o enclausuramento de forças políticas populares pela aplicação, em prol da classe dominante, do princípio *pacta sunt servanda*.

Os principais Pactos Sociais – pelo menos os de relevância histórica – formulados na sociedade ocidental foram os Pactos de Moncloa¹¹⁴ (seguidos de alguns outros complementares), na Espanha, e o Pacto Scotti,¹¹⁵ na Itália, nas décadas de 70 e 80. Existiram outras experiências europeias semelhantes,¹¹⁶ principalmente na Escandinávia, as quais tiveram um caráter muito mais arbitral, em determinados casos, e legislativo, em outros, que propriamente a composição político-normativa que ora se estuda. Os elementos destas outras experiências divergem dos ora apresentados como formadores do Pacto Social (*e.g.*, a contraposição de volumes de poder, a existência ou iminência de crise ruptural, entre outros), não sendo tais experiências consideradas por este estudo propriamente como movimento político, especificamente Pacto Social, uma vez que fogem da perspectiva biopolítica.

Uma consideração inicial se faz necessária, antes de se passar a delinear a manifestação do Pacto Social enquanto movimento

¹¹³ FREITAS JR., *op. cit.*, pp. 104-107; CORDOVA, *op. cit.*, pp. 35-36.

¹¹⁴ CORDOVA, *op. cit.*, pp. 25-44.

¹¹⁵ FREITAS JR., *op. cit.*, pp. 100-123.

¹¹⁶ CORDOVA, *op. cit.*, pp. 11-16.

político. Conforme a metodologia adotada para este estudo, apresenta-se tal movimento como decorrência dos volumes de poder demonstrados pelos quatro grandes grupos sociais e o equilíbrio proporcional dos mesmos no eixo social. Um outro elemento, entretanto, se apresenta no eixo de equilíbrio social, qual seja a mobilidade dos grupos sociais ao longo dele. Os grupos não estão localizados estaticamente nos pólos do eixo, como uma mera balança de pratos; movimentam-se ao longo dele, aproximando-se ou afastando-se do centro axial, ou mesmo transmutando-se para o outro pólo. Esta formulação se faz necessária para compreender algumas manifestações políticas atuais, bem como para se definir alguns pressupostos para a manifestação do Pacto Social.

O Pacto Social se manifesta quando da verificação dos seguintes elementos: i) pólos sociais bem definidos, ou seja, a um lado a classe dominante e o Poder Constituído, a outro a multidão e a representação popular; ii) somas de volumes de poder, em cada pólo, equivalentes; iii) existência de equilíbrio social definido, entre os pólos do eixo social; iv) a formação embrionária de um Momento Constituinte; v) a percepção, pela classe dominante e pelo Poder Constituído, da necessidade de pacificação e arrefecimento do Momento Constituinte; vi) o convencimento negocial, da classe dominante sobre a multidão, para a manutenção do estado de coisas existente.¹¹⁷

Para a manifestação de um Pacto Social não basta a mera disposição, entre os grupos sociais, de negociar e estabelecer parâmetros. Primeiramente porque, se assim o fizerem, apenas estarão lançando, um grupo sobre o outro, reivindicações e expectativas, o que geralmente encaminhará a situação a um impasse. Em segundo lugar, porque

¹¹⁷ Sobre o convencimento negocial e suas implicações sócio-políticas, BERGER & LUCKMANN, *op. cit.*, pp. 103-106.

essa negociação será por demais restrita para poder ser considerada um movimento político expressivo que englobe a multidão ou parte relevante dela. Um terceiro aspecto é que tal disposição negocial não ocorrerá, por parte do grupo dominante, se não existir pressão contra si, ou se as condições econômicas existentes lhe forem amplamente favoráveis,¹¹⁸ ou ainda se o volume perceptível de poder da multidão não for o suficiente para lhe infundir algum temor.¹¹⁹

Por outro lado, a mera convocação dos grupos sociais para negociar, por parte do Poder Constituído, não irá provocar o surgimento de um Pacto Social, por um motivo óbvio: não havendo reivindicações, inexistirá interesse em negociar e consenso a ser obtido. Por outro lado, o Poder Constituído, por não ser parte necessária (podendo, entretanto, ser parte auxiliar) para a obtenção de um Pacto Social, não pode atuar de *per se* em nome dos grupos sociais.

Tradicionalmente, e diversamente do ora defendido, o estudo do Pacto Social e da concertação social *lato sensu* aborda o Tripartismo como pressuposto para o estabelecimento de negociações entre os grupos sociais.¹²⁰ Os estudiosos que assim procedem reclamam os seguintes argumentos: i) a participação estatal é necessária para a mediação coerente dos interesses postos em jogo na negociação entabulada; ii)

¹¹⁸ Sobre condições econômicas favoráveis e poder discricionário do empregador, vide NORONHA, Eduardo G. *O Modelo Legislado de Relações de Trabalho no Brasil*, in ANAIS DO VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, vol. 1. Belo Horizonte: ABET, 1999. pp. 621-628.

¹¹⁹ Nesse sentido, Karl MARX em sua “*Mensagem à Liga*”: “*A pequena-burguesia democrática encontra-se atualmente oprimida, o que faz com que ela exorte o proletariado à unidade e à conciliação comum, estendendo a ele sua mão e esforçando-se por criar um grande partido de oposição, no qual estariam incluídas todas as tendências que se podem encontrar num partido democrático*” (grifo nosso). In *A QUESTÃO DO PARTIDO...*, op. cit., p. 9.

¹²⁰ Por exemplo, DEL CLARO, Maria Angela Marques. “*A TEORIA DA CONCERTAÇÃO SOCIAL E CONTRIBUTOS PARA AS QUESTÕES COMPLEXAS DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL*”. Dissertação de Mestrado, defendida em 08 de agosto de 2003. Orientador: Wilson Ramos Filho. Curitiba: UFPR, 2003.

o Estado é vital para se dar legitimidade e força coercitiva às normas produzidas via negocial entre os grupos sociais; iii) o Estado atuará como protetor dos direitos dos trabalhadores, se surgir qualquer ameaça de infração aos mesmos.

Ora, os argumentos acima expostos constituem verdadeira falácia e são inteiramente desprovidos de uma base política coerente entre o que se afirma e a prática encetada no Pacto Social. Senão, vejamos.

Primeiramente, o Poder Constituído não é coerentemente legitimado – ainda que o seja institucionalmente – para atuar como mediador entre a classe dominante e a multidão. Isso se afirma em função de que: i) o Poder Constituído existe para proteger à classe dominante e não à multidão;¹²¹ ii) não é crível que o Poder Constituído venha a contrariar os interesses de sua *alma mater*.¹²²

Em segundo lugar, o argumento de necessidade de legitimação não se sustenta, por força de disposições do próprio Poder Constituído. É sabido que a Constituição Federal, no seu artigo 7º, inciso XXVI, garante o reconhecimento e plena aplicação aos acordos firmados negocialmente entre empregadores e trabalhadores.¹²³ Ora, se essa

¹²¹ MARX & ENGELS, *MANIFESTO...*, *op. cit.*, p. 12.

¹²² Nesse sentido, declarações de José DIRCEU, Ministro Chefe da Casa Civil, a respeito de um possível levante de trabalhadores sem-terra: “*Não duvidem da autoridade do governo. Hipótese zero de o governo tolerar qualquer abuso...*” Ainda, Marcio Thomaz BASTOS, Ministro da Justiça: “*Os atos, fatos, ações que possam quebrar a legalidade serão reprimidos com severidade*”. Finalmente, Roberto RODRIGUES, Ministro da Agricultura: “*Trata-se de um absurdo inconcebível, um equívoco brutal e uma ameaçadora agressão ao Estado de Direito e à democracia. Defender uma solução violenta para a questão agrária é não ter compromisso com o império da lei, com a democracia e com a paz*”. *FOLHA DE SÃO PAULO*, Caderno Brasil, folha A-4. São Paulo: Folha da Manhã, 26 de julho de 2003.

¹²³ Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXVI: “*Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho*”.

previsão legal se aplica em nível microssocial, não há razão para que não se aplique em nível macrossocial, uma vez que os atores que o formulam são similares, para não se dizer idênticos, e a matéria sobre a qual versam também é de natureza similar.

Finalmente, o argumento de que o Estado é “protetor” dos trabalhadores – atreve-se aqui a dizer “da multidão” – é inteiramente falso e resultado de uma lógica *à la* Goebbels.¹²⁴ O Poder Constituído é anteparo à classe dominante em face dos conflitos suscitados pela multidão. Como tal, só defenderá – aparentemente – algum interesse da multidão se isso for imprescindível para bem cumprir a sua função de anteparo. Ainda, todas as “conquistas” concedidas pelo Poder Constituído à multidão, particularmente no Direito do Trabalho, são na verdade meros instrumentos de cerceamento e controle popular.¹²⁵ Apesar disso, a classe dominante continuamente tenta retirá-los por se tornarem empecilhos a um maior lucro e domínio...¹²⁶

Portanto, o Tripartismo, como concepção negocial para a obtenção de um Pacto Social é, na verdade, uma medida iníqua, sedimentadora da opressão, inviável e inaceitável do ponto de vista libertário em prol da multidão.¹²⁷

Para a obtenção de um Pacto Social, conquanto haja duas partes claramente delimitadas no seu processo – uma vez negada a possibilidade de Tripartismo –, existe um **sujeito deflagrador**, que inicia o

¹²⁴ A grosso modo, “repetir-se uma mentira mil vezes transforma-a em verdade”.

¹²⁵ LOPES MELO, Marlene Catarina de Oliveira, & CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO: O Debate Atual. São Paulo: ABET, 1998. p. 31-34.

¹²⁶ SIQUEIRA NETO, José Francisco. “CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO: Perspectiva de Rompimento com a Legalidade Repressiva”. São Paulo: LTr, 1991. p. 49.

¹²⁷ Semelhantemente, discute-se ser inapropriada – e impertinente – a intervenção do Poder Judiciário no conflito de classes, por meio do Poder Normativo em sede de Dissídios Coletivos. Nesse sentido, SIQUEIRA NETO, p. 81.

processo e sobre cujas pretensões os debates negociais se fundarão. Este sujeito – necessariamente – é a classe dominante, diante da possibilidade de frustração de expectativas econômicas criadas e que possam lhe afetar o *status quo*. Ainda que excepcionalmente a multidão desencadeie um movimento que se encaminhe para a negociação de um Pacto Social – nos casos, por exemplo, de flagrante desconsideração dos direitos humanos ou clamor contra a miséria –, a classe dominante manterá em suas mãos, a todo custo, o controle da pauta de negociações, como se verá a seguir.

A “possibilidade de frustração” de que se falou se dá quando da percepção, pela classe dominante, de uma equiparação entre as somas de volume de poder de seu pólo social (seu poder conjugado com o Poder Constituído) e do pólo oposto (o poder da multidão conjugado ao da representação popular), aliada a um sentido ascendente do poder da multidão e um sentido descendente do poder da classe dominante. Conjuntamente à disposição de forças, verifica-se a localização dos grupos sociais em pólos distintos – portanto, afastados do centro – e equilibrados entre si.

O aspecto mais palpável de tal disposição de forças, rumo à negociação de um Pacto Social, se mostra nas seguintes definições: i) o poder da multidão, ainda que significativo, não é suficiente para a consolidação do Momento Constituinte e sua continuação em Movimento Constituinte; ii) a multidão se encontra descontente com os rumos tomados pelo Poder Constituído, sendo provável que a ele venha se opor; iii) a classe dominante vê minguar as suas “moedas de troca” sociais com que possa apaziguar a multidão; e, finalmente, iv) qualquer possibilidade de levante, pela multidão, poderia originar (ao invés de um Poder

Constituinte) um vácuo de poder, pela aniquilação mútua entre os grupos sociais, o que não é interessante para nenhum dos pólos.¹²⁸

Com base em FREITAS JR.,¹²⁹ pode-se dizer que sejam requisitos, para a negociação de um Pacto Social, os seguintes elementos: i) a instrumentalização de procedimentos negociais previsíveis; e ii) a coligação de forma definida *a priori* entre os grupos sociais: em um pólo “multidão” e “representação popular” e no outro “classe dominante” e “Poder Constituído”. Dados esses requisitos, é possível então empreender uma negociação em que as partes atuem eficazmente e possam pleitear os seus interesses e daqueles a quem representam.

É interessante ressaltar que, ainda que prevaleçam aspectos iníquos da opressão a que a multidão é submetida, o Pacto Social por vezes é desejado por ambos os pólos e obtido de fato. Isso ocorre por conta da necessidade das pessoas de consolidação da sua rotina, de institucionalização e de pacificação social, existente nos inconscientes individual e coletivo, em relação a suas atividades.¹³⁰ Dessa forma, por mais que um levante popular se faça necessário e desejável para suplantar a opressão existente, tal força provoca uma reação igual e contrária,¹³¹ qual seja a busca por uma forma de solução pacífica para o conflito que se avizinha. Isso se dá porque, no inconsciente das pessoas, o conflito pode provocar uma cisão social e a desconstrução de instituições (por mais iníquas que sejam) com as quais elas estão acostumadas.¹³²

¹²⁸ JOHN LOCKE: “E não é razoável supor, ou até imaginarmos, que criaturas racionais desejassem constituir sociedades tão-só para dissolvê-las em seguida”. In LOCKE, SEGUNDO TRATADO..., *op. cit.*, p. 77.

¹²⁹ FREITAS JR., *op. cit.*, pp. 147-152.

¹³⁰ “Quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna predizível e controlada”. BERGER & LUCKMANN, *op. cit.*, pp. 89.

¹³¹ Metaforicamente, em termos fisicistas, conforme a 2ª Lei de Newton.

¹³² Vide nota 128.

No aspecto funcional-procedimental do Pacto Social, a classe dominante, enquanto sujeito deflagrador, move-se ao longo do eixo de equilíbrio social em direção ao pólo oposto, conclamando que a multidão e a representação popular façam o mesmo (se “aproximem”), para que negociem um Pacto Social. Agindo desta forma, normalmente a classe dominante desacelera a deterioração de seu volume de poder e, ainda que o Pacto Social não se materialize, ganha tempo para a reformulação de seus quadros e políticas.

Ao “conclamar” a negociação de um Pacto Social, normalmente a classe dominante expõe uma proposição de temas a serem negociados, os quais não são (necessariamente) fraquezas suas, mas expectativas pontuais em que se pretende algum ganho, que se torne em poder. Da mesma forma, ao trazer à baila tais assuntos, a classe dominante – ao contrário das aparências – não está se expondo e se declarando fraca, mas sim está dando uma demonstração de força, porque sua declaração implícita é: “ou isso ou o caos”.¹³³

A proposição de temas, pela classe dominante, em geral forma a Pauta de Negociações do Pacto Social, sobre a qual se discutirá na via negocial. A inserção de temas de interesse da multidão, das duas uma: ou não acontecerá ou se dará apenas como forma de concessão pela classe dominante, em troca de ganhos em outras áreas. Esta orientação ocorre até mesmo pela noção formadora do Pacto Social, qual seja a obtenção de consenso; ora, se houver impasse na formação da Pauta de Negociações, desde logo as partes se afastarão de um consenso desejável. Portanto, é do interesse da classe dominante tanto a formulação da

¹³³ Por analogia pode ser lembrado que, durante a campanha presidencial de 2002, a classe dominante chegou a explicitar o posicionamento “José Serra ou o caos” (*sic*), em virtude do temor de um eventual governo popular.

Pauta e o controle de seus temas quanto que tal formulação seja mínima e a mais próxima possível de seus objetivos.¹³⁴

Em função da Pauta de Negociações, as partes negociarão, definirão pontos “aceitos” por ambas, e atuarão de forma a concretizar uma **reciclagem das instituições**¹³⁵ formadoras do Poder Constituído e da relação entre classe dominante e multidão. Esta reciclagem é desejada pela classe dominante porque as instituições até então existentes já não apaziguam a multidão, nem conseguem mais atuar como “anteparos” entre esses grupos sociais. Esta é a finalidade ínsita e última do Pacto Social, qual seja provocar a renovação do Poder Constituído, de forma que se preserve o *status quo*.

Quanto à multidão, paradoxalmente esta também pode vir a buscar a reciclagem das instituições. Assim procederá para que o elemento perturbador da paz social, ainda que não tenha suas condições melhoradas, seja afastado e não mais provoque o conflito desestabilizador das relações sociais.¹³⁶

Por outro lado, o próprio Pacto Social, uma vez obtido, configura-se como mais uma instituição – uma nova instituição –, de caráter ordenador das demais, a que os grupos sociais podem recorrer. Quanto ao caráter normativo, em geral apresenta-se como norma semelhante à constitucional ou, se assim não for, com força política equivalente.¹³⁷

¹³⁴ LOPES MELO & CARVALHO NETO, *op. cit.* p. 21.

¹³⁵ MARX & ENGELS, MANIFESTO..., *op. cit.*, pp. 13-14, 18.

¹³⁶ BERGER & LUCKMANN, *op. cit.*, pp. 142-157.

¹³⁷ CORDOVA, *op. cit.*, pp. 36.

É pertinente afirmar, nesse sentido, que a produção da Constituição Federal de 1988 foi uma espécie – ainda que não com esse nome – de “grande Pacto Social”, em função dos mecanismos ali desenvolvidos, dos sujeitos envolvidos e dos resultados obtidos.¹³⁸

A situação social pré-Constituição era de incerteza quanto às relações sociais, uma vez que a nação era recém-saída de um período de ditadura e a representação popular ganhava espaço denunciando injustiças e necessidades insatisfeitas da multidão.¹³⁹ A atitude do Poder Constituído, diante desse quadro de tensões, foi convocar uma Assembleia Constituinte, de ampla representatividade, para a elaboração de um documento constitucional.

A formação dessa Constituição não decorreu da existência de um Poder Constituinte, nos moldes ora descritos. Foi, outrossim, decorrente de negociações entre representantes da classe dominante – o chamado “Centrão” – e a representação popular, sendo impostas à multidão disposições tais quais a inexistência de estabilidade no emprego¹⁴⁰ (existente na grande maioria dos sistemas democráticos), a figura mítica

¹³⁸ Nesse sentido, é relevante a declaração do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à época Senador da República: *“Havia a idéia de fazer a Constituição a partir de um documento de base. Isso era totalmente inviável, porque o clima era o de maio de 1968 na França: é proibido proibir”*. E sobre a natureza jurídica da Constituição de 1988, em termos de reformas: *“... Se as pessoas colocassem os interesses institucionais acima dos outros, eu acho que valeria a pena fazer uma reflexão constitucional sobre algumas matérias definidas. (...) Não sei se pode[ria] chamar-se mini-constituente. No fundo, é um pacto constitucional”*. In *FOLHA DE SÃO PAULO*, Caderno Brasil, folha A-4. São Paulo: Folha da Manhã, 05 de outubro de 2003.

¹³⁹ Marcos dessa situação foram o fortalecimento dos grandes sindicatos do ABC Paulista, o surgimento da CUT – Central Única dos Trabalhadores, a organização do PT – Partido dos Trabalhadores, a vitória esmagadora – nos grandes centros – dos partidos de “oposição” (PMDB e PDT principalmente) nas eleições de 1982, a manifestação popular no Caso Baumgarten e os comícios em prol das Diretas Já.

¹⁴⁰ Disposta na Convenção 158 da OIT, recepcionada e logo a seguir denunciada no ordenamento jurídico brasileiro.

de um salário mínimo que não atende ao mínimo desejado¹⁴¹ e o engessamento dos sindicatos, categoria preponderante da representação popular.¹⁴²

Por outro lado, a obtenção de uma Constituição “com ampla representatividade”¹⁴³ contribuiu para o arrefecimento das tensões até então existentes. Nesse sentido, a Constituição atingiu o seu objetivo. Quanto a seus aspectos jurídicos materiais, apenas instituiu uma hierarquia superior de normas ao ordenamento anteriormente existente.¹⁴⁴ Não se criou um paradigma absolutamente novo de relações entre os grupos sociais, que se possa dizer radicalmente diferente do anterior.¹⁴⁵

Em termos gerais, os resultados obtidos por um Pacto Social são a formulação de princípios e normas a serem aplicados nas relações sociais, mormente no Direito do Trabalho.¹⁴⁶ Estes princípios e normas dizem respeito a temas processuais – como as partes se conduzirão em caso de conflito – e também materiais, como a definição de pisos salariais, jornadas de trabalho, concessão e retirada de benefícios, entre

¹⁴¹ Constituição Federal, artigo 7º, inciso IV: “Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

¹⁴² SIQUEIRA NETO, *op. cit.*, p. 42.

¹⁴³ Mito escamoteador de uma democracia formalista, conforme dispõe o preâmbulo da Constituição Federal: “Preâmbulo. Nós, **representantes do povo brasileiro**, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a **assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais...**”

¹⁴⁴ Vide CARDOSO, Fernando Henrique, FOLHA..., *op. cit.*, folha A-4: “... Pode até manter o quorum qualificado [60% dos votos]...”. Ou seja, o texto constitucional como conhecido nada mais seria que uma espécie de legislação, com a única diferença – em relação à legislação ordinária – de demandar um quorum especial para a sua aprovação.

¹⁴⁵ NEGRI: “O que significa então poder constituinte, se a sua essência não pode ser reduzida ao poder constituído, mas deve ser compreendida em sua produtividade originária? Antes de mais nada, significa estabelecer **uma relação contínua entre poder constituinte e revolução, uma relação íntima e circular, de modo que, onde o poder constituinte estiver, esteja também a revolução**”. In NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 39.

¹⁴⁶ CORDOVA, *op. cit.*, pp. 34-35.

outros. De qualquer forma, não está excluída a aplicação do Pacto Social para definir apenas princípios gerais e de ética, sobre o comportamento das partes, a condução dos assuntos mais amplos entre os grupos sociais e a produção de normas específicas.¹⁴⁷

O Pacto Social, em conclusão, nunca é benéfico à multidão, quando de sua materialização, por mais “avanços” negociais que se possa ter. Primeiramente, porque na melhor das hipóteses, tudo continuará no mesmo estado de coisas. Segundo, porque mesmo nesta melhor das hipóteses, a multidão perderá poder político e a possibilidade de formação de Movimento Constituinte libertário. Em terceiro lugar, em geral a formulação de um Pacto Social implica em que a multidão faça concessões, independentemente da opressão a que já seja submetida. Quarto, o Pacto Social “estipula” metas de crescimento irreais que ordinariamente não se realizam e que então, ao serem revisadas para menos, implicam em mais perdas para a multidão. O quinto ponto desfavorável é que eventuais “concessões” feitas pela classe dominante à multidão em geral se mostram ilusórias, sendo apenas mecanismos opressivos implícitos e dissimulados.

Este capítulo tratou de fazer apenas uma descrição dos movimentos políticos realizados para a materialização de um Pacto Social, e de como este se afigura em termos de sujeitos, sentido de forças e equilíbrio social. No próximo capítulo se faz uma contraposição entre o Poder Constituinte e o Pacto Social, de forma a se considerar as opções em prol da multidão.

¹⁴⁷ *Idem.*

4. PARALELOS ENTRE PODER CONSTITUINTE E PACTO SOCIAL

*Sujeito – Volume de Poder – Momento –
Movimento – Sentido – Materialização*

Descrevemos de uma forma geral, nos capítulos anteriores, a conformação dos grupos sociais e suas relações sociais e políticas em um eixo de equilíbrio, no qual tais grupos localizam-se, reúnem-se e movimentam-se, formando o que chamamos de “movimentos políticos”.¹⁴⁸

Dois desses movimentos, entre os mais relevantes, são o Poder Constituinte e o Pacto Social, os quais foram descritos em função de seus pressupostos, manifestação, materialização e finalidade, bem como em sua dinâmica política.

Esses dois movimentos políticos, sob um primeiro olhar e uma análise “leiga”, soam bastante similares, principalmente quanto ao seu resultado palpável final, qual seja a produção normativa sócio-política. Entretanto, quando de uma comparação mais acurada entre as respectivas características, percebe-se diferirem essencialmente entre si, bem como seus efeitos serem diametralmente opostos.

Primeiramente, deve-se analisar o sujeito de cada um desses movimentos. Muito embora no Pacto Social haja partes negociado-

¹⁴⁸ VOLKMER, *op. cit.*, pp. 210-233.

ras, muito mais do que um “sujeito”, remeter-nos-emos ao seu sujeito deflagrador, por conta de sua formação e finalidade.

O sujeito deflagrador do Pacto Social, como visto, é a classe dominante, que o usa como forma de reciclagem de suas instituições, para tanto se aproximando do centro do eixo social para compor com a multidão e a representação popular, em virtude da finalidade deste movimento político, qual seja a manutenção do *status quo* opressivo.

Já o Poder Constituinte tem como sujeito, única e exclusivamente,¹⁴⁹ a multidão aliada à representação popular, ou parte relevante da sociedade que atue em nome da multidão. Neste movimento, o seu sujeito atua não mais em função do eixo de equilíbrio social, mas para fora dele, subvertendo-o por força da instalação de um novo estado de coisas, em favor da multidão.

Ficam, portanto, bastante nítidas as diferenças de matizes entre estes movimentos políticos: um atua de forma a “manter tudo como está”, inclusive para tal reciclando os instrumentos opressivos; o outro atua de forma a criar um novo estado de coisas em prol da multidão oprimida, libertando-a dos mecanismos opressivos, mesmo aqueles instituídos pelo Poder Constituído até então.

Outra distinção, não apenas pertinente como essencial, diz respeito ao volume de poder necessário para a manifestação do movimento político, desde sua formação. O Poder Constituinte se manifesta quando da obtenção de uma “massa crítica” de poder tão superior ao volume de poder do pólo oposto (classe dominante – Poder Constituído)

¹⁴⁹ Vide nota 71.

que o sobrepuja e atua de forma irresistível, chegando a expurgar a propriedade da classe dominante, para a formação do novo estado de coisas.

Já o Pacto Social, para sua formação, depende intrinsecamente da existência de volumes de poder, entre os pólos sociais, extremamente semelhantes. Casos os volumes de poder sejam díspares, não haverá disposição, por parte do grupo com vantagem, de vir negociar com o outro pólo. Muito menos haveria tal disposição por parte da multidão, caso estivesse ganhando impulso para a formação de um Movimento Constituinte.

Por outro lado, diante da irrupção de um Movimento Constituinte sem o volume de poder necessário, a força popular poderá apresentar-se como suficiente para desabrigar o Poder Constituído, mas não para alijar a classe dominante de sua situação de dominância. Neste caso, surgiria um “contra-movimento”, em geral personificado em um líder carismático, para subjugar a multidão e formar novas instituições, ou reciclar as antigas desalojadas, a serviço da classe dominante.¹⁵⁰

Uma última hipótese dar-se-ia pela negativa de negociação por uma das partes, ou pela omissão da classe dominante para iniciar o processo de obtenção de um Pacto Social, diante da existência de volumes de poder semelhantes entre os pólos sociais. Neste caso, a menor “fagulha” poderia irromper um processo irreversível de autodestruição mútua, de vácuo social e de caos, dada a equivalência de poder dos grupos sociais. Surgiria uma luta que aniquilaria, gradual e inexoravelmente, as forças de um lado e de outro, sem a possibilidade de apaziguamento ou de sobreposição de um grupo sobre outro, para a formação de um novo Poder Constituído.

¹⁵⁰ WEBER, CIÊNCIA E POLÍTICA..., *op. cit.*, p. 63ss.

Esta análise nos leva à comparação entre os momentos formadores do Poder Constituinte e do Pacto Social. Ambos decorrem da união e focalização de um sujeito e um volume de poder correspondente, em função de uma determinada finalidade.

O Momento Constituinte se dá pela união entre a multidão, e sua representação popular, e um volume de poder relevantemente maior que o volume de poder disponível pela classe dominante e pelo Poder Constituído. Uma vez corretamente direcionada, essa união provoca a eclosão da força constituinte.¹⁵¹

O momento formador do Pacto Social se dá, ao contrário, de forma recessiva, uma vez que a classe dominante, percebendo a equalização de forças entre si e a multidão, deflagra um processo de estacionamento das forças sócio-políticas, através da proposição de tratativas negociais. Com este momento político, a classe dominante tenta causar um esfriamento (e mesmo a diminuição) das forças políticas a ela opostas, em prol da manutenção do *status quo*.

Portanto, o que se depreende da análise dos momentos formadores do Pacto Social e do Poder Constituinte é que, uma vez eclodidos, esses fenômenos políticos assumem dinâmicas absolutamente diversas.

O Poder Constituinte, a partir do Momento Constituinte, passa a ser ação, literalmente. Sua eficácia é temporal e espacial; seu sujeito se expressa e cria relações jurídicas; sua força é identificada na marcha do Sujeito Constituinte, que derruba tudo e todos que se lhe o-

¹⁵¹ Usamos esta expressão para não confundir com “Poder Constituinte”, termo que usamos como categoria e definição.

põem. Portanto, é perceptível e correta a denominação de “Movimento Constituinte” à ação que busca transformar-se em Poder Constituinte.

Por outro lado, ainda que se apresente o Pacto Social como um “movimento político”, não é possível identificar tal dinâmica neste fenômeno político, senão unicamente e a partir da aproximação da classe dominante ao centro do eixo de equilíbrio social, “conclamando” a multidão para que negocie. Em todo o restante do processo, o Pacto Social é estático e revolve-se em torno de si mesmo, numa contínua síntese e renovação do próprio processo, até que se dê a sua materialização normativa.

Em razão da caracterização dos respectivos movimentos, também os seus sentidos diferem e assumem objetivos diversos. O sentido do movimento no Pacto Social é, ao longo do eixo de equilíbrio social, a partir do pólo em que se encontra a classe dominante e o Poder Constituído, na direção da multidão e de sua representação. Quando da formação material do Pacto Social, existe um “contra-movimento” da multidão, qual seja em sentido contrário, ao longo do mesmo eixo, aproximando-se da classe dominante. Entretanto, o sentido inicial e fundamental do movimento do Pacto Social é o realizado a partir da classe dominante em direção à multidão, aproximando-se do centro do eixo.

Já o sentido do Movimento Constituinte é essencialmente para fora do eixo de equilíbrio social. O descontentamento com o Poder Constituído já não suporta a manutenção desta relação “dominante – dominado” e demanda a rejeição à mesma. Esta rejeição provoca a subversão do quadro social, de forma que este eixo em que outrora se equilibraram os grupos sociais já não mais convém. Portanto, não é pertinen-

te falar em um “sentido”, ao longo do eixo de equilíbrio social, para o Movimento Constituinte, porque este se dirige para fora dele.

Finalmente, a materialização final destes dois fenômenos políticos, ou ao menos a finalidade com que esta materialização se realiza, é diametral e nos aspectos peculiares de cada um deles repousa uma completa rejeição ao outro.

O Pacto Social materializa-se na produção de normas orientadoras da relação entre os grupos sociais, como verdadeira “translocação genética” entre eles, reciclando-as e “aprimorando-as” de forma que sejam previstos e, se possível, evitados novos conflitos por meio destas normas. Na maioria das vezes, estas normas têm caráter processual – definindo os modos operacionais para dirimir possíveis conflitos – mas também material, demonstrado pela designação, delimitação ou retirada de direitos, concessões e benefícios, pela classe dominante contra a multidão. Assim, mantém-se a relação entre os grupos sociais, apaziguam-se as tensões entre eles e mantém-se o *status quo* reinante.

Às normas produzidas pelo Pacto Social, em geral, atribui-se força semelhante à de normas constitucionais – muito embora estejam em planos normativos diversos –, pela primazia que os grupos sociais se autoconcederam no exercício de uma “democracia” direta, ainda que materialmente não tenha sido constituído um novo estado de coisas, mesmo que complementar. Tudo que se obteve foi apenas a reciclagem de um velho estado de coisas.

O Poder Constituinte, por sua vez, abomina a manutenção do *status quo* e elimina a relação entre os grupos sociais até então existentes. Surgem novos grupos sociais, uma nova distribuição de riquezas,

uma nova normatização, uma nova garantia de direitos e um novo Poder Constituído, o qual tem caráter revolucionário permanente. Todas as tensões pré-existentes entre os grupos sociais se exaurem na materialização do Poder Constituinte e, se algumas delas permanecem, é apenas de forma residual e tendente à satisfação e extinção.

Assim sendo, viu-se que os fenômenos políticos “Pacto Social” e “Poder Constituído”, ainda que possam apresentar-se, à primeira vista, como resultado de forças e movimentações políticas semelhantes, são em sua natureza opostos e inconciliáveis. Seus elementos formadores são diversos, bem assim a sua dinâmica, sua finalidade e seu resultado final.

No próximo capítulo observa-se os atuais paradigmas a que a multidão é submetida em função da opressão do *status quo* e da repressão à sua plena potência e passa-se à consideração das pretensas manifestações de vontade da multidão segundo as perspectivas liberal e social-democrata.

5. A ATUAL CONTEXTUALIZAÇÃO DA MULTIDÃO

*Origens teóricas – Liberalismo – Social-democracia
Ciência Política e a opressão – Possibilidades libertárias*

Como foi visto nos capítulos anteriores, antes da formação do que hoje se considera o “Estado moderno”, o uso da força era o instrumento legitimador dos governantes e dos governos que estes impunham. Diante do exercício da força, à multidão não era possível manifestar-se em Poder Constituinte e a existência (ou não) de grupos sociais era menos relevante face à autoridade do líder.¹⁵²

Posteriormente, nos momentos iniciais do Estado moderno na civilização ocidental, o Absolutismo como forma de governo herdou o uso do elemento força (tal qual os governos da Antiguidade) para centralizar o poder no governante – daí a máxima “*L’Etat c’est moi*”¹⁵³ – normalmente em desfavor da multidão. Mesmo a existência de grupos sociais mais definidos girava ao redor e conjuntamente ao governante – os nobres e o clero.

Quando finalmente a classe dominante abriu espaço à participação política à multidão, por força das pressões que esta última exercia, percebeu-se que já não era mais possível manter, mesmo com o uso da força, o Estado ao redor do governante. A potência da multidão, como se viu na Revolução Francesa, era irresistível e deveria ser levada em consideração.¹⁵⁴ A partir de então a lógica opressiva centrou-se no

¹⁵² WEBER, CIÊNCIA E POLÍTICA..., *op. cit.*, pp. 59-61.

¹⁵³ Célebre frase atribuída a Luis XIV, Rei de França. Tradução livre: [*O Estado sou eu*].

¹⁵⁴ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., *op. cit.*, p. 33.

seguinte pivô: *“Como manter a potência libertária da multidão pacificada de forma que não se ameace a classe dominante?”*

Retomam-se então as explicações feitas no primeiro capítulo a respeito de LOCKE e HOBBS. Este sugeriu que a multidão deveria “contratar” com a classe dominante, de forma a estabelecer um governo consensual e pacífico – ou melhor, “pacificado”.¹⁵⁵ Aquele preferiu um paradigma de representação, segundo o qual “todos apresentam alguns que falem em seu nome” e assim se constrói um governo “participativo”; a sua lógica é que “a multidão não pode atentar contra um governo em que ela seja parte atuante; seria atentar contra si mesma”.¹⁵⁶ Entretanto, ambas as proposições são apenas legitimadoras da lógica da opressão. A teoria hobbesiana foi ultrapassada no momento em que se deixou de aceitar uma monarquia com efetivo poder nas mãos; LOCKE, como marco teórico, permaneceu nos atuais sistemas “democráticos” ocidentais, mas revisto em sua simplicidade e – por que não? – ingenuidade conceituais.¹⁵⁷

O momento conceitual seguinte abrangeu o pensamento de DURKHEIM e MARX. O primeiro centra sua formulação teórica na lei – usando a nomenclatura kelseniana, “a norma”¹⁵⁸ – como instrumento de regulação. Uma vez que toda a sociedade (inclusive a multidão, remetendo ao paradigma de LOCKE) obedeça à lei, ter-se-á um estado de regulação e pacificação social. Insurgir-se contra a lei configura um

¹⁵⁵ HOBBS, Thomas. *“LEVIATÃ, Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil”*, trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002. pp. 131-149.

¹⁵⁶ Vide nota 128.

¹⁵⁷ O paradigma lockiano foi complementado por ROUSSEAU e MONTESQUIEU, contemporâneos seus, e posteriormente revisto por GRAMSCI, a ESCOLA DE FRANKFURT e Hannah ARENDT, especialmente.

¹⁵⁸ KELSEN, Hans. *“TEORIA PURA DO DIREITO”*, trad. Cretella Jr. São Paulo: RT, 2003.

comportamento insustentável e que deve ser reprimido – eis aí a legitimação do uso da força contra a multidão.¹⁵⁹

Já MARX não usa de subterfúgios em relação à lógica da opressão e a ela se remete expressamente. Na sua elaboração teórica, a classe dominante e o Estado, seu “protetor”, oprimem a multidão economicamente – em relação à “infraestrutura” – para que esta não se insurja politicamente – quanto à “superestrutura” de dominação.¹⁶⁰ À multidão nada resta senão libertar-se de suas amarras,¹⁶¹ insurgir-se contra a opressão e tomar para si os instrumentos econômicos, de forma que não haja modo de usá-los de forma opressiva.¹⁶²

O pensamento de DURKHEIM se aplica ao Estado controlador e provedor de tudo para todos. Entretanto, pressupõe uma sociedade amplamente inclusiva em que todos participem e sejam beneficiados;¹⁶³ logo, é refutada de forma empírica – na civilização ocidental atu-

¹⁵⁹ DURKHEIM, Emile. “DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL”, Livro I – A Função da Divisão do Trabalho, Capítulo III – A Solidariedade Orgânica ou Devida à Divisão do Trabalho, seção III. p. 68.

¹⁶⁰ O termo “superestrutura”, de origem marxiana, foi melhor analisado por GRAMSCI e depois abordado, quando à “Indústria Cultural”, por ADORNO, dando maior profundidade às formulações sobre a estrutura ideológica de dominação.

¹⁶¹ O famoso clamor de MARX, ao final do MANIFESTO COMUNISTA (*op. cit.*): “*Os comunistas desdenham ocultar suas opiniões e metas. Abertamente, declaram que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta de todas as condições sociais existentes. Que a classe governante trema frente à revolução comunista. Os proletários nada têm a perder fora suas correntes. Têm o mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!*” (grifo do autor). p. 63.

¹⁶² A esse respeito, conforme um pressuposto marxiano, Jean LOJKINE: “*É freqüentemente mais fácil obter um acréscimo de 10% de produção do que reduzir em 10% o custo da matéria. Se poucas empresas poderiam diminuir em 50% o custo da matéria, elas poderiam, em troca, crescer em 50% a sua produção aproveitando melhor a sua mão de obra. Formulando de outra maneira: é mais fácil explorar ainda mais os assalariados, mesmo que representem uma parcela cada vez menor no custo de produção, do que privilegiar a economia em capital material*”. LOJKINE, Jean. “A CLASSE OPERÁRIA EM MUTAÇÕES”, trad. José Paulo Netto. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 46.

¹⁶³ DURKHEIM, Emile. “DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL”, Livro I – A Função da Divisão do Trabalho, Capítulo III – A Solidariedade Orgânica ou Devida à Divisão do Trabalho, seção III. p. 70.

al, nem todos participam, nem todos são beneficiados nem tampouco deixou de existir exclusão social.

As proposições do materialismo histórico de MARX deram origem ao que se chamou de “marxismo”¹⁶⁴, por intermédio das análises feitas por GRAMSCI e pela ESCOLA DE FRANKFURT, que releram as proposições marxianas dando-lhe novos sentidos e aplicações. Além disso, as mesmas proposições foram experimentadas na Rússia e na Ásia, gerando o que se chamou de “marxismo-leninismo”¹⁶⁵ e “maoísmo”¹⁶⁶ respectivamente. Especialmente essas duas últimas correntes atuaram de forma a desacreditar o pensamento marxiano, por eliminarem em suas práticas o elemento volitivo individual¹⁶⁷ e pela imposição forçada e automática de “sociedades sem classes”.¹⁶⁸ Pior, criaram “classes” que pretendiam não sê-las – *“todos iguais, mas uns mais iguais que os outros”*.¹⁶⁹

GRAMSCI, por sua vez, pensava que a libertação da opressão proposta por MARX ocorreria em sentido diverso do que este propôs. GRAMSCI entendia que a multidão deveria aperceber-se de que a real dominação ocorria no nível “superestrutural” e que condicionava a dominação “infraestrutural”; assim sendo, se produziria um novo conjunto de conceitos “superestruturais”, formando uma “contra-hegemonia”, para opor-se à “hegemonia” opressora e superar as condições impostas pela classe dominante. GRAMSCI não observou, entre-

¹⁶⁴ HARDT & NEGRI, *op. cit.*, pp. 254-257.

¹⁶⁵ A QUESTÃO DO PARTIDO..., *op. cit.*, p. 46. LENIN, em especial, cria na institucionalização reguladora, via Estado, como forma de dar o poder à multidão.

¹⁶⁶ *Vide* nota 105.

¹⁶⁷ Expresso em questões como a repressão à livre iniciativa negocial, a impossibilidade de pluralismo político e conceitual, o massacrante controle de natalidade, etc.

¹⁶⁸ Formou-se então uma massa descaracterizada de quaisquer particularidades e sem os benefícios da divisão social do trabalho, por conta da eliminação da estratificação social.

¹⁶⁹ ORWELL, George. “A REVOLUÇÃO DOS BICHOS”. São Paulo: Nova Cultural.

tanto, que empiricamente a “hegemonia” se auto-revoluciona numa contínua mutação, para que continue sendo hegemônica sob qualquer outra forma que se apresente; ainda, ela coopta atores sociais “contra-hegemônicos” para que o grupo hegemônico aparentemente “renove-se” – sem deixar de ser opressivo – e obtenha para si mesmo um novo verniz de legitimidade.¹⁷⁰

Ainda, a ESCOLA DE FRANKFURT, por meio de seus maiores expoentes (BENJAMIM, HORKHEIMER e HABERMAS), propôs que o indivíduo faça a “revolução” sugerida por MARX utilizando-se da crítica ao estado de coisas posto e que, mediante tal “discurso revolucionário”, somado ao do próximo indivíduo e assim por diante, um “novo paradigma” seja posto. Essas proposições, embora muito mais “palatáveis” ao leitor, apenas mascaram a aceitação da lógica da opressão e não atuam diretamente de uma forma libertária, por se encontrarem apenas no nível metafísico e não incidirem no plano físico – como se dissessem ao oprimido *“critique, discuta, proponha e com isso você se livrará da opressão”*.¹⁷¹

Paralelamente a isso, surgiu a consolidação de uma ótica liberal de coisas, especialmente com GALBRAITH, HAYEK, DWORKIN¹⁷² e RAWLS, cujo ideário contempla essencialmente que o indivíduo é livre para expressar-se e obter o que deseja; a autonomia de sua vontade deve prevalecer e com isso a soma de vontades prevalentes deverá promover o bem comum. Entretanto, essa perspectiva, em suas obras, geralmente mascara, ignora ou nega a opressão e os seus atores

¹⁷⁰ GRAMSCI, Antonio. “OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

¹⁷¹ NEGRI, O PODER CONSTITUINTE..., pp. 247-248.

¹⁷² É discutível a inclusão de DWORKIN em um rol de autores ditos “liberais”; há posicionamentos contrários e favoráveis a tal conceituação.

sociais buscam apenas proteger a classe dominante da qual eles mesmos participam.¹⁷³

Todo o conjunto ideológico descrito consolidou-se, no século XX, em dois grandes ramos da Ciência Política: o liberalismo e a social-democracia.¹⁷⁴ O primeiro defende um *laissez-faire* e a prevalência da autonomia da vontade; o segundo reconhece a existência de opressão e exclusão social e se pretende um sistema capaz de mitigar tais chagas.

É interessante notar que, no paradigma iluminista que originou as formações sócio-políticas liberal e social-democrata, a autonomia – cultural, política e econômica – é considerada em função de dois critérios: liberdade e capacidade.¹⁷⁵ Para que a pessoa seja considerada autônoma, deve ser livre para estipular suas metas, bem como ser capaz de alcançá-la com seus esforços. Se, portanto, a pessoa é capaz mas não é livre, não é autônoma; da mesma forma, se é livre mas não é capaz.¹⁷⁶ A prática contraditória que a classe dominante enceta nos contextos liberal e social-democrata, quanto à opressão da multidão, traz em si o germe da própria negação de seu paradigma iluminista.

Entretanto, seja sob uma ótica liberal ou social-democrata, a classe dominante mantém-se presente e, pleonasticamente, continua dominante. No liberalismo, como já dito, ela atua como se a opressão não existisse; ao indivíduo oprimido cabe de alguma forma libertar-se e conseguir integrar-se à classe dominante. Se conseguir, muito bem; se

¹⁷³ BERGER & LUCKMANN: “*A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos*”. In BERGER & LUCKMANN, *op. cit.*, p. 128.

¹⁷⁴ Vide nota I.

¹⁷⁵ ROUANET, Sergio Paulo. “MAL ESTAR NA MODERNIDADE: Ensaios.” São Paulo: Companhia das Letras. p. 39.

¹⁷⁶ *Id.*, pp. 40-41.

não conseguir, muito bem também, uma vez que isso não tem a mínima relevância para a classe dominante.¹⁷⁷

Na social-democracia reconhece-se a existência de uma discrepância entre a classe dominante e a multidão, entre incluídos e excluídos, entre opressores e oprimidos. São criados instrumentos de atenuar tais diferenças; cabe, entretanto, ao indivíduo tirar proveito deles para que efetivamente supere o abismo divisor. Entretanto, essa linha política não retira a opressão, não altera o *status quo* da classe dominante nem nele inclui a multidão. Em seu âmago, é semelhante ao liberalismo: mantém as classes sociais e a opressão entre elas exatamente do mesmo modo, procurando apenas “compensar” os desníveis existentes. É, portanto, um “liberalismo com complexo de culpa”.

A social-democracia, na história contemporânea, é fruto do que se poderia chamar uma “revolução gramsciana”. A multidão passou a ocupar espaços, a “incomodar” a classe dominante e a acumular um formidável volume de poder. Por outro lado, a classe dominante, para evitar a formação de um Poder Constituinte, ao longo do tempo foi fazendo concessões como forma de pacificação social, para em resumo manter-se no poder e reciclar-se enquanto opressora.

Entretanto, à multidão é nítido (ou, pelo menos, deveria ser) que as concessões da classe dominante e a formação de uma social-democracia não são suficientes para eliminar a opressão. Faz-se necessário uma atuação peculiar da multidão que ultrapasse esses “limites invioláveis” colocados pela visão imanentista de Poder Constituinte que hoje é preponderante na civilização ocidental social-democrata – a qual, co-

¹⁷⁷ Sobre a exclusão social, BUARQUE, Cristóvão. “O QUE É APARTAÇÃO?” São Paulo: Brasiliense.

mo vimos em capítulo anterior, nega-o ao reduzi-lo a apenas mera normatividade de maior ou menor hierarquia. Tais limites aprisionam não apenas os interesses diretos e palpáveis da multidão como também a formação embrionária de conceitos libertários, impedindo qualquer germe de aglutinação contra a opressão.

Chega-se ao foco da questão estudada: a atuação política da multidão nos dias de hoje, conforme os “quadros” teóricos pintados na presente monografia. Surgem as seguintes questões: i) como superar os laços da doutrina imanentista de Poder Constituinte? ii) como formar conceitos libertários de ampla aceitação pela multidão? iii) como escapar da armadilha representativista – do paradigma lockiano – de forças políticas? iv) como instaurar em nações populosas, de modo pacífico, uma revolução permanente? Além dessas, seria possível formular ainda outras questões, aqui não suscitadas.

O autor não tem a pretensão de oferecer respostas à problemática abordada, apenas traz à tona o debate em torno dela. Sua opinião, entretanto, é que a lógica da opressão precisa ser desmascarada publicamente. Assim se procedendo, a multidão tomará contato com os atos opressores do Poder Constituído e já não mais aceitará os mecanismos representativistas e reducionistas do Poder Constituinte. Dessa forma estará aberto o caminho para o surgimento prático e real do biopoder, que gere uma auto-regulação social livre dos instrumentos opressores instituídos pela classe dominante.

CONCLUSÃO

O presente estudo abordou as origens do Estado, como resultado da organização política, instrumento de exercício do poder e, em síntese, defensor da classe dominante e seu anteparo face aos movimentos libertários de opressão, particularmente nos paradigmas atuais liberal e social-democrata.

Para analisar e demonstrar a existência da opressão por uma classe dominante contra uma classe dominada, no decorrer dos séculos inúmeras teorias e doutrinas se apresentaram, tais como o Iluminismo, a Teoria da Divisão do Trabalho, o Marxismo e a Teoria Crítica. Todas elas, porém, em maior ou menor grau, falharam na proposição de hipóteses de emancipação da multidão oprimida.

Tendo como base a existência do Estado e sua natureza política, surgem movimentos para obtenção, controle e manutenção do poder estatal. Dentre as variadas espécies de movimentos políticos, duas manifestam maior relevância nos dias de hoje: o Poder Constituinte e o Pacto Social.

Ambos os movimentos apresentam um aspecto semelhante, qual seja a produção normativa em sua materialização final. Entretanto, divergem profundamente em suas origens, finalidade e dinâmica. O Poder Constituinte é, basicamente, provocado pela multidão oprimida em subversão contra o Poder Constituído e a classe dominante e acarreta

a implantação de um novo estado de coisas. O Pacto Social, por sua vez, é instrumento de reciclagem das instituições sociais, manutenção do *status quo* e legitimação da opressão.

Em complemento a essas perspectivas, uma nova possibilidade surge: a auto-regulação por parte da multidão, que FOUCAULT chama “biopoder”. Conforme essa ótica, NEGRI aplica uma nova concepção ao Poder Constituinte, conclamando a multidão a que se imponha e subverta o paradigma de dominação, aplicando a proposta de revolução permanente.

Todas essas alternativas, em resumo, giram sobre um único ponto: o estabelecimento de uma democracia livre da opressão e não meramente formalista, como é a que se observa na Modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. “APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO”, 6. ed. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALVES, José Carlos Moreira. “DIREITO ROMANO”, vol. I. 11. ed. revista e acrescida. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- ANAIS DO VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, vol. 1. Belo Horizonte: ABET, 1999.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE”, 21. ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOBBIO, Norberto. “TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO”, 6. ed. Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UnB, 1995.
- BREUS, Thiago Lima. “INTERESSE PÚBLICO: Horizontes e Perspectivas à Luz da Dignidade da Pessoa Humana”. Orientadora: Angela Cássia Costaldello. Curitiba: UFPR, 2003.
- BUARQUE, Cristóvão. “O QUE É APARTAÇÃO?” São Paulo: Brasiliense.
- CHAUI, Marilena. “A NERVURA DO REAL: Imanência e Liberdade em Spinoza”. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- CÓRDOVA, Éfren. PACTOS SOCIAIS: Experiência Internacional, Tipologia e Modelos. São Paulo: IBRART – Ministério do Trabalho, 1985.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. “ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO”, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1976.
- DEL CLARO, Maria Angela Marques. “A TEORIA DA CONCER- TAÇÃO SOCIAL E CONTRIBUTOS PARA AS QUESTÕES COMPLEXAS DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL”. Dissertação de Mestrado, defendida em 08 de agosto de 2003. O- rientador: Wilson Ramos Filho. Curitiba: UFPR, 2003.
- DELEUZE, Gilles. “FOUCAULT”. Paris: 1989.
- DURKHEIM, Emile. “DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL”.
- ENGELS, MARX, LENIN & TROTSKI. “A QUESTÃO DO PARTI- DO – MARX, ENGELS, LENIN, TROTSKI.” Editores: Francis- co Foot, José Castilho Marques Neto, Magali Gomes Nogueira, Moisés Limonad e Victor Leonardi. Trad. Elisa Helena de Vidal Chaves e Vivien Lando. São Paulo: Kairós, 1978.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. “INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO”. São Paulo: Atlas, 2001.
- FERREIRA, Pinto. “PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CONSTI- TUCIONAL MODERNO”, 5. ed. São Paulo: RT, 1971.
- FOUCAULT, Michel. “THE HISTORY OF SEXUALITY”, trad. in- glesa Robert Hurley. New York: Vintage, 1978.
- FREITAS JR., Antonio Rodrigues de. CONTEÚDO DOS PACTOS SOCIAIS. São Paulo: LTr.
- GRAMSCI, Antonio. “CARTAS DO CÁRCERE”. Rio de Janeiro: Ci- vilização Brasileira, 1978.
- _____. “OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. IMPÉRIO. Trad. Berilo Vargas, 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- HARRINGTON, James. OCEANA, in THE POLITICAL WORKS OF JAMES HARRINGTON. Cambridge – Londres – Nova York – Melbourne, 1977.
- HOBBS, Thomas. “LEVIATÃ, Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil”, trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- KELSEN, Hans. “TEORIA PURA DO DIREITO”, trad. Cretella Jr. São Paulo: RT, 2003.
- LAFER, Celso. “A RECONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt”. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomaso di. “IL GATTOPARDO”, tradução francesa.
- LIMA, Oliveira. “HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO”, 11. ed. revista. São Paulo: Melhoramentos.
- LOCKE, John. “SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO”, trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- LOJKINE, Jean. “A CLASSE OPERÁRIA EM MUTAÇÕES”, trad. José Paulo Netto. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- LOPES MELO, Marlene Catarina de Oliveira, & CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO: O Debate Atual. São Paulo: ABET, 1998.
- MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. “O PRÍNCIPE”. Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: LP&M, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “O MANIFESTO COMUNISTA”, trad. Maria Lucia Como. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. “O CAPITAL”, trad. Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. “PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA” (Coleção “Os Pensadores”), 4^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MONTORO, André Franco. “INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO”, 23. ed. São Paulo: RT, 1995.

MORUS, Thomas. “UTOPIA”, trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2000.

NEGRI, Antonio. O PODER CONSTITUINTE: Ensaio Sobre as Alternativas da Modernidade. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

_____. “A ANOMALIA SELVAGEM: Poder e Potência em Spinoza”, trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: 34, 1993.

_____. “DEL RETORNO: Abecedário Político”, trad. espanhol Inés Bertolo. Buenos Aires: Debate, 2003.

ORWELL, George. “A REVOLUÇÃO DOS BICHOS”. São Paulo: Nova Cultural.

ROUANET, Sergio Paulo. “MAL ESTAR NA MODERNIDADE: Ensaaios.” São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “PARA UM NOVO SENSO COMUM: A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática”. “Volume I: A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência”. São Paulo: Cortez, 2000.

- SCHIER, Paulo Ricardo. “FILTRAGEM CONSTITUCIONAL: Construindo uma Nova Dogmática Jurídica”. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.
- SIQUEIRA NETO, José Francisco. “CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO: Perspectiva de Rompimento com a Legalidade Repressiva”. São Paulo: LTr, 1991.
- THOREAU, Henry David. “A DESOBEDIÊNCIA CIVIL”, trad. Sergio Karam. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- VOLKMER, Antonio Carlos. “PLURALISMO JURÍDICO: Fundamentos de uma Nova Cultura no Direito”. São Paulo: Alfa e Ômega, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “APÓS O LIBERALISMO: Em Busca da Reconstrução do Mundo”, trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEBER, Max. “CIÊNCIA E POLÍTICA: Duas Vocações”, trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. “A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO”, trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.